

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO
(CBG)

ALINE FERREIRA MAIA

**NORMALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UMA ANÁLISE DOS
PERIÓDICOS DA UFRJ**

Rio de Janeiro
2023

ALINE FERREIRA MAIA

**NORMALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UMA ANÁLISE DE
PERIÓDICOS DA UFRJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Patrícia Mallmann Souto Pereira

Rio de Janeiro
2023

CIP - Catalogação na Publicação

F383n Ferreira Maia, ALINE
NORMALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UMA
ANÁLISE DOS PERIÓDICOS DA UFRJ / ALINE Ferreira
Maia. -- Rio de Janeiro, 2023.
80 f.

Orientadora: Patricia Mallmann Souto Pereira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Bacharel em
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação,
2023.

1. Normalização. 2. Comunicação científica. 3.
Periódico científico. I. Mallmann Souto Pereira,
Patricia, orient. II. Título.

ALINE FERREIRA MAIA

**NORMALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UMA ANÁLISE DE
PERIÓDICOS DA UFRJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2023.

Prof^a. Dr^a. Patricia Mallmann Souto Pereira (UFRJ)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Carla Beatriz Marques Felipe (UFRJ)
Membro interno

Prof. Dr. Thayron Rodrigues Rangel (UFRJ)
Membro interno

AGRADECIMENTOS

A minha família, por sempre me incentivarem e acreditarem que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou.

A professora Patrícia Mallmann, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com total apoio, paciência, tranquilidade, motivação e incentivo ao longo da construção deste trabalho, obrigada pela generosidade em dividir tanto conhecimento.

Aos professores do curso de Biblioteconomia de Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tiveram um importante papel em minha trajetória acadêmica, proporcionando importantes ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

As amizades feitas ao longo deste curso, com quem convivi nos últimos anos, obrigada pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando, vocês deixaram memórias incríveis. Agradeço imensamente aos amigos que estiveram presentes ao longo da construção deste trabalho, a grande família biblio da qual tenho um imenso carinho, e em especial a Thaís Soares e Felipe Fonseca que se dispuseram a ajudar dentro do possível, acompanhando de perto os surtos envolvidos.

*“tudo que ele construiu na vida era feito não apenas de bronze ou de mármore ou de tinta,
mas dele... e de tudo que havia dentro dele”*

Zusak, 2018, p. 118

RESUMO

O presente estudo propõe a análise dos critérios de qualidade dos periódicos da UFRJ, tendo como base nos estudos referentes à editoração de periódicos científicos e a normalização, no âmbito do campo Biblioteconômico. Tendo por objetivo analisar as normas adotadas nas políticas de submissão dos periódicos da instituição, em diferentes áreas do conhecimento, observando como as instruções são apresentadas e de que maneira são preenchidas no que concerne à normalização dos periódicos e dos artigos científicos. O referencial teórico que alicerça o desenvolvimento da pesquisa discorre sobre as áreas da Normalização, seguido pelo histórico do campo, e da Comunicação Científica, com ênfase nos periódicos científicos e no artigo científico. Quanto a metodologia tem-se que a pesquisa se caracteriza como quantitativa, sendo realizado um levantamento quantitativo no Portal de Periódicos da UFRJ e no Diretório de Revistas por área do conhecimento do SiBI/UFRJ, buscando reunir o total de periódicos existentes da instituição, o aspecto qualitativo se deu pela análise comparativa dos dados levantados para a construção da amostra, composta por periódicos de diferentes áreas do conhecimento e posteriormente análise dos resultados e considerações. A respeito dos resultados foi possível observar através da análise das políticas de submissão dos periódicos da UFRJ, certas nuances expostas em diferentes áreas do conhecimento. A partir da aplicação do formulário elaborado, foi possível verificar o quanto as instruções editoriais especificam a respeito do que deve ser realizado, revelando certas discrepâncias em alguns pontos referentes às normas indicadas e sua aplicação prática. A análise efetuada indica que a despeito de certas particularidades inerentes a cada área do conhecimento, a padronização de questões subjetivas à forma de estruturação e apresentação dos componentes de um trabalho científico facilitam a comunicação e interação dentro da comunidade científica, sendo prejudicial ao processo comunicativo presença de inconsistências como as verificadas. A partir da análise feita foi possível concluir que ainda que haja certas particularidades inerentes a cada área do conhecimento, é fato que a padronização de questões subjetivas à forma de estruturação e apresentação dos componentes de um trabalho científico facilitam a interação dentro da comunidade científica e a presença de inconsistências impacta negativamente o processo comunicativo.

Palavras-chave: normalização; ABNT; periódico científico; UFRJ; comunicação científica; biblioteca.

ABSTRACT

The present study proposes the analysis of the quality criteria of UFRJ's journals, based on studies related to the editing of scientific journals and standardization within the field of Library Science. The objective is to analyze the standards adopted in the submission policies of the institution's journals across different fields of knowledge, observing how the instructions are presented and how they are fulfilled concerning the normalization of journals and scientific articles. The theoretical framework supporting the research's development discusses areas of Standardization, followed by the historical background of the field and Scientific Communication, with emphasis on scientific journals and scientific articles. Regarding the methodology, the research is characterized as quantitative and qualitative. A quantitative survey was conducted on UFRJ's Periodicals Portal and on the Directory of Journals by SiBI/UFRJ's knowledge areas, aiming to gather the total number of existing institution journals. The qualitative aspect involved a comparative analysis of the data collected for the sample construction, composed of journals from different fields of knowledge, followed by analysis of the results and considerations. Regarding the results, it was possible to observe, through the analysis of UFRJ's journals' submission policies, certain nuances presented in different fields of knowledge. From the application of the developed form, it was possible to verify how much the editorial instructions specify what should be done, revealing certain discrepancies in some points regarding the indicated standards and their practical application. The conducted analysis indicates that despite certain particularities inherent in each field of knowledge, standardizing subjective issues related to the structure and presentation of components in a scientific work facilitates communication and interaction within the scientific community. The presence of inconsistencies, as observed, is detrimental to the communicative process. From the conducted analysis, it can be concluded that despite the inherent particularities in each field of knowledge, it is a fact that standardizing subjective issues related to the structure and presentation of components in a scientific work facilitates interaction within the scientific community, and the presence of inconsistencies negatively impacts the communicative process.

Keywords: standardization; ABNT; scientific journal; UFRJ; scientific communication; library.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Lista de Periódicos UFRJ	34
Quadro 2 - Periódicos selecionados.....	39
Gráfico 1 - ISSN.....	42
Gráfico 2 - Classificação Qualis	43
Gráfico 3 - Digital Object Identifier	44
Gráfico 4 - Ficha catalográfica	44
Gráfico 5 - Legenda bibliográfica	45
Gráfico 6 - Linha editorial	46
Gráfico 7 - Publicação da Comissão executiva e/ou editor responsável	46
Gráfico 8 - Publicação da nominata do conselho editorial.....	47
Gráfico 9 - Presença de normalizadores da própria revista	48
Gráfico 10 - Tipos de publicações existentes	48
Gráfico 11 - Procedimento de avaliação.....	49
Gráfico 12 - Periodicidade.....	50
Gráfico 13 - Bases Indexadas	50
Gráfico 14 - Normas adotadas	52
Gráfico 15 - Idioma dos resumos em língua estrangeira	52
Gráfico 16 - Disponibilização de template modelo padrão	53
Gráfico 17 - Indicação sobre a organização progressiva das seções	54
Gráfico 18 - Indicação para as ilustrações.....	54
Gráfico 19 - Indicação com exemplos de citações	55
Gráfico 20 - Indicação com exemplos de referências.....	55
Gráfico 21 - Ocorrência de problemas com as normas adotadas	56
Gráfico 22 - Fonte adotada	57
Gráfico 23 - Espaçamento	58
Gráfico 24 - Margens utilizadas	59
Gráfico 25 - Legenda bibliográfica	60
Gráfico 26 - Data de recebimento e de aceite dos originais	61
Gráfico 27 - Resumo com palavras-chave.....	61
Gráfico 28 - Resumo em língua estrangeira	62
Gráfico 29 - Referências.....	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO	12
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1	Objetivo Geral	13
1.2.2	Objetivos Específicos	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	NORMALIZAÇÃO.....	15
2.2	HISTÓRICO DA NORMALIZAÇÃO.....	18
2.3	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	22
2.3.1	Periódico Científico	24
2.3.1.1	Critérios de qualidade dos Periódicos Científicos	27
2.3.2	Artigo Científico	29
3	METODOLOGIA	32
3.1	CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA	32
3.2	COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA.....	38
3.3	TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	40
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	66
	APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS PERIÓDICOS	72

1 INTRODUÇÃO

A padronização e os benefícios decorrentes da adoção da normalização documental são facilmente perceptíveis em situações em que a sua ausência é verificada. Por exemplo, a inexistência de uma chamada de citação e, igualmente, da referência ao autor implicam no não reconhecimento autoral, e a recuperação da informação como pode configurar plágio. Conforme explicita a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, c2023b), “as normas asseguram as características desejáveis de produtos e serviços, como qualidade, segurança, confiabilidade, eficiência, intercambialidade, bem como respeito ambiental – e tudo isto a um custo econômico”.

A abrangência de temas que são objeto de normas de padronização pode ser verificada, no âmbito nacional, por meio dos 233 comitês técnicos que compõem a estrutura da ABNT, dos quais 155 encontram-se ativos, e que visam coordenar, planejar e executar atividades de normalização técnica referentes a área de atuação (ABNT, c2023a). Pelo prisma internacional, pode-se citar os 825 comitês e subcomitês técnicos vinculados a International Organization for Standardization (ISO), o que reforça a amplitude das áreas de interesse para a normalização (ISO, [202-]). Isto posto, dentre o universo de comitês da ABNT destaca-se o comitê ABNT/CB-014 sobre Informação e Documentação, pois as normas produzidas por este comitê, após o devido trâmite técnico, norteiam a pesquisa realizada em periódicos científicos dado a aplicação de tais normas técnicas no âmbito acadêmico.

Deste modo, considera-se que a informação é objeto de estudo tanto da área de Ciência da Informação como da área de Biblioteconomia, posto que os fenômenos relativos a sua produção, comunicação, representação e organização são de interesse para estes campos. Nesse sentido, está sendo explorado ao longo do desenvolvimento desta pesquisa a comunicação científica e o impacto que a normalização exerce sobre a mesma, posto que a padronização da informação por meio da observância de aspectos formais para a redação acadêmica enseja benefícios como a qualidade da produção, a facilidade de recuperação da informação e o entendimento desta informação.

Rodrigues, Lima e Garcia (1998, p. 153) argumentam que “a normalização tem como uma de suas características a capacidade de contribuir para harmonizar as peculiaridades em cada área e em cada veículo de comunicação”. Logo, percebe-se que a efetiva aplicação das normas técnicas é de interesse de todos os sujeitos que compõem o processo de comunicação para resguardar a possibilidade de compreensão, de disseminação e de avaliação da informação científica publicada ou submetida a publicação.

No decorrer da fundamentação teórica que alicerça a pesquisa, apresenta-se um panorama geral sobre a definição de normalização, bem como as questões históricas envolvidas no seu surgimento; a definição de comunicação científica e a sua importância como área de interesse do campo da Ciência da Informação, dando um enfoque específico ao periódico e aos artigos científicos, uma vez que os mesmos configuram o principal canal de comunicação formal, dentro da comunidade científica. Contudo, se faz necessário destacar desde já que “as pesquisas científicas só atingem o seu significado quando comunicadas” (Pinto; Costa, 2018, p. 146). Ou seja, a partir da publicação e disseminação, por meios de canais formais de comunicação científica, há a legitimação da produção científica. Consequentemente, a comunicação científica é a área que investiga a troca de informações e conhecimento entre os pares e, de acordo com Meadows (1999, p. 1), “a comunicação se situa no próprio coração da ciência”.

Os canais de comunicação científica podem ser caracterizados como formais, informais e eletrônicos, que desempenham funções de acordo com as fases de desenvolvimento da pesquisa (Cristovão, 1979). Le Coadic (2004, p.33), igualmente, aborda a formalidade e informalidade da comunicação científica diferenciando-a em relação à escrita e oralidade, eis que:

A comunicação escrita compreende principalmente as publicações primárias, onde se apresenta pela primeira vez perante o público, na forma de produto de informação, os resultados das pesquisas, e as publicações secundárias e terciárias, muito dependente das primárias, uma vez que as resumem e indexam. [...] A comunicação oral é constituída de formas públicas (conferências, colóquios, seminários, etc.) e privadas (conversas, mensagens e etc.) de difusão das informações.

A comunicação científica apesar de se iniciar de maneira informal, através de conversas entre pesquisadores, e da divulgação de seus primeiros resultados em reuniões e seminários, estabelece-se pela publicação dos resultados nos canais formais, principalmente através de artigos científicos reunidos nos periódicos, considerados então como o principal meio de comunicação e divulgação do conhecimento na comunidade científica (Oliveira; Noronha, 2005, p. 78).

O periódico científico, no processo de comunicação da ciência, funciona como uma das instâncias de consagração. Ao atuar como um filtro seletivo, reproduzindo as sanções e exigências próprias do campo científico, conferindo valor às pesquisas e as situando no seu grau de originalidade em relação ao conhecimento já acumulado em determinada área do conhecimento (Gruszynski; Golin; Castedo, 2008).

Meadows (1999) aponta que a principal razão pela qual se adotam normas para redação científica, entre outros processos, reside no fato de que uma estrutura uniformemente adotada facilita a compreensão e o entendimento dos textos científicos por parte de outros pesquisadores. Bellini *et al.* (2006) discorre que:

a normalização documentária é relevante porque torna possível o acesso à produção científica, [...] que viabiliza a recuperação de informação, tem um papel primordial, pois nenhuma pesquisa nasce do inexistente. [...] A comunidade científica estabelece padrões de normas de publicação, visando que toda pesquisa seja disseminada e que o conhecimento científico seja identificado e acessado (Bellini *et al.*, 2006, p. 2-3).

Em face do exposto, a pergunta que suscitou a pesquisa realizada foi: Considerando a importância da normalização para a comunicação científica, ante critérios de avaliação e qualidade, como se sucede a observância das normas técnicas nos periódicos científicos publicados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)? Tal problemática é o cerne da pesquisa desenvolvida com a intenção de compreender este fenômeno.

Os procedimentos metodológicos adotados foram os de pesquisa documental quanti-qualitativa, utilizando da técnica de observação sistemática para coleta dos dados, a partir do formulário estruturado para a avaliação dos periódicos científicos analisados que foram selecionados na amostra, que se enquadra no tipo intencional.

Em síntese, a pesquisa foi dividida em seções sendo a primeira delas este tópico introdutório com o intuito de contextualizar a pesquisa e apresentar de forma breve uma visão geral sobre o assunto, bem como a questão de pesquisa, a justificativa/motivação, e os objetivos desdobrados em objetivo geral e objetivos específicos. A segunda seção é destinada a apresentação do referencial teórico que alicerça o desenvolvimento desta pesquisa, isto é realizado por meio da revisão de literatura dos campos da normalização, com uma breve conceituação e contextualização de seu histórico, partindo para o campo da comunicação científica ressaltando sua importância para a comunidade científica, encaminhando-se para o enfoque específico relacionando ao periódico e aos artigos científicos, uma vez que os mesmos configuram o principal canal de comunicação formal, dentro da comunidade científica, e são objetos de estudo desta pesquisa.

Em sequência, a seção três é destinada à descrição dos procedimentos metodológicos adotados, com a exposição do campo empírico, da composição da amostra e da técnica coleta e análise de dados. Na quarta seção há a apresentação e análise dos resultados a partir dos gráficos obtidos a partir da aplicação do formulário de avaliação da pesquisa. A quinta e última seção da pesquisa contempla as considerações finais a respeito da pesquisa desenvolvida, sendo

seguido pelas referências bibliográficas utilizadas no decorrer da elaboração e pelo apêndice contendo o formulário de avaliação utilizado nesta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

A motivação para a presente pesquisa se encontra amparada em alguns fatores de destaque. O primeiro se refere ao interesse pessoal pela área de Normalização, a qual conheci ao longo da graduação e pude compreender melhor sua importância para a produção e difusão do conhecimento científico, uma vez que a normalização é um dos aspectos importantes do trabalho biblioteconômico. O interesse se concretiza de maneira mais evidente, através do contato de modo mais aprofundado com a área de normalização através da disciplina de Normalização da Documentação, na qual tive a oportunidade de atuar como monitora sob orientação da Prof^a. Dra. Patrícia Mallmann Souto Pereira.

Assim sendo, dois fatos incitaram a construção da presente pesquisa sendo eles: uma atividade de avaliação de periódicos científicos, realizada na disciplina de Editoração de Mídias Impressas e Eletrônicas; e um projeto desenvolvido junto aos alunos da turma de 2021.1 na disciplina de Normalização da Documentação. Projeto este que posteriormente foi apresentado na 12^a SIAC e se baseia na construção de um protótipo de periódico científico, que possibilitou a experiência de observar e aplicar na prática as normas ABNT, com ênfase nas normas de Publicação periódica (ABNT NBR 6021) e de Artigos científicos (ABNT NBR 6022), despertando o interesse de aplicar as experiências obtidas numa pesquisa mais abrangente.

Para exemplificar a importância da normalização de publicações periódicas temos as manifestações de Garfield (1978; 1983). Os textos publicados mostram a insatisfação de E. Garfield por conta da dificuldade que o Institute for Scientific Information (ISI) enfrentava para a correta indexação de publicações periódicas em decorrência de erros cometidos pela não observância de práticas padronizadas por editores. O seguinte trecho revela um dos pontos de preocupação de Garfield:

Uma vez que a maioria dos editores de revistas se preocupa com a acessibilidade das suas publicações através de serviços de informação secundários, decidi discutir erros e práticas editoriais que dificultam a cobertura exacta dos artigos de algumas revistas por parte dos ISP. [...] Outro problema relacionado com a largura das colunas é a utilização de tipos pequenos que se tornam quase impossíveis de ler quando reduzidos. Se as margens forem suficientemente largas, podemos por vezes aumentar a página de conteúdos. Mas isso raramente acontece e a maioria dessas páginas de conteúdo tem de ser recomposta. Em muitos casos, bastaria um pequeno ajuste na disposição da

página de índice para tornar a revista eminentemente mais legível. (Garfield, 1983, p. 6-7, tradução nossa)¹.

Nesse sentido, justifica-se a pesquisa desenvolvida sobre a normalização de periódicos científicos, por ser tema relevante para o campo da Ciência da Informação e Biblioteconomia. A padronização advinda das normas técnicas de documentação permite que haja maior compreensão do texto científico, cooperando com a fluidez do fluxo de conhecimento e garantindo que haja maior proteção e fidelidade aos conhecimentos difundidos, auxiliando nos processos de recuperação da informação.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos do presente trabalho foram desdobrados em objetivo geral e objetivos específicos, expostos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar as normas adotadas nas políticas de submissão dos periódicos da UFRJ, em diferentes áreas do conhecimento, observando como as instruções são apresentadas e de que maneira as lacunas deixadas pelas normas são preenchidas no que concerne a normalização dos periódicos e dos artigos científicos.

1.2.2 Objetivos Específicos

Decompõe-se do objetivo geral os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar as políticas de submissão de um periódico de cada grande área temática: Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Humanas, Linguística, Interdisciplinares e Institucionais; e de um de cada subárea das Ciências Sociais e Aplicadas, conforme estabelecido pelo SiBI;

¹ Since most journal editors are concerned about the accessibility of their publications through secondary information services, I decided to discuss editorial errors and practices that make it difficult for ISP to accurately cover articles from some journals. [...] Another problem related to column width is the use of small type that becomes nearly impossible to read when reduced. If the margins are wide enough, we can sometimes enlarge the contents page. But this rarely the case and most of these contents pages must be recomposed. In many instances it would require only a minor adjustment in the layout of the contents page to make the journal eminently more readable.

- b) verificar as normas adotadas, observando o quanto as políticas especificam em relação às questões deixadas em aberto pelas normas;
- c) averiguar se os critérios estabelecidos são aplicados nos artigos publicados pelo periódico, conforme expresso nas políticas;
- d) identificar as peculiaridades encontradas em cada periódico por área do conhecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito desta seção apresenta-se o referencial teórico que alicerça o fundamento da presente pesquisa. A divisão desta seção segue o exposto na introdução.

2.1 NORMALIZAÇÃO

A normalização é entendida como uma “atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto” (ABNT; ISO, c2006, p. 1). Constituindo-se então, como um:

[...] processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global. No estabelecimento dessas regras recorre-se à tecnologia como o instrumento para estabelecer, de forma objetiva e neutra, as condições que possibilitem que o produto [...] ou serviço atendam às finalidades a que se destinam, sem se esquecer dos aspectos de segurança (ABNT, c2023b).

Com isso, a normalização tende a proporcionar os meios necessários para o estabelecimento de comunicação adequada entre produtores e usuários de informação, viabilizando a eliminação de barreiras técnicas e comerciais e assegurando maior comprovação quanto à segurança do que está sendo comercializado.

Segundo a ABNT (c2023b), a normalização tem por objetivo:

[...] o estabelecimento de soluções, por consenso das partes interessadas, para assuntos que têm caráter repetitivo, tornando-se uma ferramenta poderosa na autodisciplina dos agentes ativos dos mercados, ao simplificar os assuntos, e evidenciando ao legislador se é necessária regulamentação específica em matérias não cobertas por normas (ABNT, c2023b).

Em contiguidade, segundo ABNT, ISO (c2006), fazem parte dos objetivos da normalização os princípios de comunicação; compatibilidade; segurança; eliminação de barreiras técnicas e comerciais; intercambialidade; proteção do meio ambiente; controle da variedade; proteção do produto e segurança.

Além disso, a International Organization for Standardization (ISO), através do comitê STACO (Committee on Standardisation Principles), definiu em 1981 que a normalização tem como objetivos básicos estabelecer:

- a) a economia global, em termos de esforço humano, materiais, força na produção e troca de mercadorias;
- b) a proteção do interesse do consumidor por intermédio da adequada e contínua qualidade de mercadorias e serviços;
- c) a segurança, saúde e proteção da vida;
- d) o fornecimento dos meios de expressão e comunicação entre as partes interessadas. (Committee on Standardisation Principles da ISOSTACO, 1981 *apud* Silva; Frota; Ohayon, 2004, p. 2)

Assim sendo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2002) aponta que os objetivos da normalização tendem a facilitar o processo de comunicação entre as partes, auxiliando no intercâmbio comercial; atuam na simplificação dos processos produtivos, o que implica na redução da variedade de produtos, mas em contrapartida, permite maior facilidade administrativa dos estoques das mercadorias presentes no mercado; e também garantem maior proteção e segurança ao consumidor, estabelecendo critérios mínimos de legitimidade que um produto ou serviço precisa ter para estar disponível no mercado.

À vista disso, a normalização desempenha um papel importante na eliminação de barreiras técnicas e comerciais entre os países, e vem, de forma crescente, ganhando maior visibilidade, relevância e interesse da sociedade, principalmente pelo fato das normas técnicas “serem consideradas efetivos instrumentos de transmissão de idéias e informações técnicas, ordenando-as e simplificando-as” (Silva; Frota; Ohayon, 2004, p. 3).

Desta forma, a CNI (2002, p. 13-14) destaca uma série de benefícios ocasionados por conta da normalização, sendo estes divididos em benefícios qualitativos, que podem ser vistos como aqueles que podem ser observados, mas são de difícil medição, ou nem mesmo podem ser medidos; e os benefícios quantitativos, que diferente dos qualitativos, podem ser medidos.

A normalização em seu aspecto qualitativo apresenta benefícios de:

Utilização adequada de recursos; Disciplina da produção; Uniformidade do trabalho; Registro do conhecimento tecnológico; Melhora do nível de capacitação do pessoal; Controle dos produtos e processos; Segurança do pessoal e dos equipamentos; Racionalização do uso do tempo (CNI, 2002, p. 14).

Sob a ótica quantitativa, a CNI (2002) destaca os benefícios de:

Redução do consumo e do desperdício; Especificação e uniformização de matérias-primas; Padronização de componentes e equipamentos; Redução de variedades de produtos; Procedimentos para cálculos e projetos; Aumento da produtividade; Melhoria da qualidade de produtos e serviços; Forma de comunicação entre pessoas e empresas (CNI, 2002, p. 14).

Além dos benefícios que a normalização tem a oferecer para a sociedade, temos também diversos impactos sob diferentes âmbitos da sociedade, sejam eles econômicos, ambientais, de

produção e consumo, sociais, tecnológicos e científicos; apesar de todos os impactos terem sua importância, a abordagem será focalizada nos impactos científicos associados a temática de normalização. Assim sendo, Silva (2003) expressa que:

[...] a atividade científica fundamenta-se essencialmente na investigação experimental, fortemente dependente de técnicas de calibração e de um acervo de instruções técnicas (normas). O processo de integração do conhecimento requer padronização de procedimentos e normalização, características que afetam diretamente a lógica do processo de inovação tecnológica, pré-condição à melhoria de produto, processo e serviço. (Silva, 2003, p. 69-70).

Vanz (2020) entende a normalização como um procedimento que, quando bem executado, facilita o processo de organização e recuperação das informações através das bases de dados e também pelos sistemas de gestão de bibliotecas e arquivos. Guinchat e Menou (1994) consideram que o campo de aplicação das normas são inúmeros e variam desde normas relativas à organização e gestão de unidades de informação, até normas mais específicas relativas ao controle bibliográfico.

Nas unidades de informação, os campos de aplicação das normas são:

- a) apresentação de documentos como periódicos, teses, traduções e índices;
- b) controle bibliográfico, como as normas ISBD.ISBN, ISSN, e as relativas aos formatos;
- c) referência bibliográfica como os códigos de abreviaturas e de representação dos nomes de países;
- d) transliteração, isto é, a tradução de caracteres de uma língua aos caracteres de outra língua, como, por exemplo as normas de transliteração do hebreu e as de transliteração dos caracteres árabes;
- e) terminologia (vocabulários e nomenclaturas);
- f) descrição de conteúdo, como as normas relativas à análise, indexação, classificação e tesouro;
- g) elaboração de catálogos e fichários, como as normas de catalogação;
- h) locais e equipamentos, como as normas relativas à superfície das unidades de informação e as relativas às dimensões das estantes;
- i) reprodução, como as normas sobre microcópias e as relativas aos formatos das fotocópias; informática documentária como as normas relativas aos suportes de dados, às linguagens de programação e as ao funcionamento dos computadores;
- j) telemática, como as normas sobre programas de interrogação e as relativas à interconexão física dos sistemas;
- k) gestão, como as normas relativas ao empréstimo de documentos;
- l) estatísticas, como as normas relativas às estatísticas internacionais de bibliotecas;
- m) sistemas de informação, como as normas relativas à organização de repertório de bibliotecas, de centros de informação e documentação. (Guinchat; Menou, 1994, p. 434).

Posto isto, é possível observar que Vanz (2020) ressalta a importância da normalização na organização e recuperação de informações em unidades de informação, enquanto Guinchat e Menou (1994) complementam elencando a vasta variedade de áreas, desde controle

bibliográfico até terminologia, perpassando a descrição de conteúdo, reprodução, informação documentária, entre outros.

Essa diversidade de áreas reflete a abrangência das normas no campo da informação e documentação, influenciando desde a apresentação de documentos até os sistemas de informação. Partindo dessa perspectiva ampla, é interessante explorar o histórico da normalização nesse contexto específico.

2.2 HISTÓRICO DA NORMALIZAÇÃO

O avanço da ciência e a expansão dos comércios mundiais foram de extrema importância para que a institucionalização de normas técnicas fosse vista com maior seriedade; foi fundamental que as relações econômicas entre as nações envolvessem um intercâmbio de produtos de maior sofisticação e elevado conteúdo técnico para que surgisse a necessidade de compatibilizar diversas estruturas tecnológicas e sociais entre os países. Havia diversas cobranças em vários setores da economia para a uniformidade dos processos e dos produtos comercializados, mas o fator decisivo que influenciou a história da normalização foi o desenvolvimento da siderurgia e o uso da energia elétrica na Europa e nos Estados Unidos (ABNT, 2011).

A normalização em escala mundial de produtos ou processos representava um problema de ação coletiva. As empresas precisavam ser convencidas de que seriam beneficiadas economicamente para que as mesmas se dispusessem a dedicar recursos humanos e financeiros para a elaboração de normas. Em teoria, seria fácil sugerir que o Estado seria a melhor ferramenta para superar este problema, mas na prática não era bem assim que funcionava. Sempre havia faltado poder e interesse aos Estados para impor normas compulsórias. Conforme afirmam Murphy e Yates (2009, p. 9 *apud* ABNT, 2011, p. 30), “o processo é custoso e complexo demais para estar ao alcance de legislaturas ou burocracias”.

Apesar da possibilidade desse dilema ser facilmente resolvido por entidades e associações privadas, que tinham grande interesse na fixação dessas normas técnicas e poderiam facilmente arcar com os custos necessários para a implementação das mesmas, havia outro porém, a normalização internacional teria que se manter alinhada com o processo de mudança tecnológica, que na época possuía um ritmo intenso. A rapidez com que o conhecimento científico transformava a produção industrial acentuada no final do século XIX, evidenciava a possibilidade das normas se tornarem obsoletas de forma rápida, sem compensação dos custos de elaboração e adaptação (ABNT, 2011).

A primeira experiência de normalização internacional foi conduzida como um esforço de cooperação voluntária, construído a partir da expansão da fronteira tecnológica do uso da eletricidade e deu origem a criação da International Electrotechnical Commission (IEC), a partir de um grupo limitado de cientistas, engenheiros e empresários reunidos em prol do estabelecimento de critérios mínimos de cooperação para o estabelecimento de normas técnicas. Dessa maneira, a partir do congresso de fundação da IEC, diversos países se juntaram à entidade participando ativamente dos processos de tomada de decisão nos comitês técnicos que foram constituídos, e se expandiram cada vez mais ao longo dos anos. Além de seu impacto na indústria, a Comissão teve importante papel na definição de unidades de medidas físicas, contribuindo para a consolidação da base do Sistema Internacional de Medidas (SI) (ABNT, 2011).

Após a Segunda Guerra Mundial, carentes de recursos e diante da necessidade de reconstrução da Europa, utilizou-se do êxito institucional e prático da IEC como modelo de inspiração para ampliação do processo internacional de normalização (ABNT, 2011; Oliveira, 2017). À vista disso, delegados de 25 países se reuniram em prol da criação de uma nova organização em âmbito internacional que iria facilitar a coordenação e também a unificação de normas. Assim, em 23 de fevereiro de 1947 a International Organization for Standardization (ISO) teve o início formal de suas atividades. A criação da ISO estimulou diversos países a consolidar e desenvolver suas organizações nacionais de normalização, em virtude do constante crescimento que a normalização teve, sobretudo com o advento da globalização e da intensificação do comércio internacional, que atribuiu maior relevância a essa atividade (Silva; Frota; Ohayon, 2004).

A padronização técnica no Brasil é reconhecida pelo termo Tecnologia Industrial Básica (TIB), que corresponde a uma classe especial de regras, institucionalizadas por organizações provenientes do setor público, privado e da sociedade civil. Fornecendo a infraestrutura técnica básica para o desenvolvimento tecnológico, os padrões técnicos estão diretamente relacionados à forma pela qual os diferentes atores econômicos estabelecem canais de comunicação e interação entre si, por meio da criação de códigos de linguagem técnica comuns. As atividades de padronização técnica asseguram uma intensificação da coordenação existente no conjunto da economia, aumentando a possibilidade de planejamento e organização da produção (Acosta; Pelaez, 2010).

Dessa forma, existem basicamente dois tipos de padrões: de caráter voluntário e involuntário. Os padrões voluntários são reconhecidos no Brasil como normas e representam um conjunto de regras e diretrizes comuns para produtos e processos. As normas surgem como

resultado de cooperação mútua e consenso de todos os envolvidos, sendo utilizadas voluntariamente pelas partes interessadas. Já os padrões involuntários, representados no Brasil pelos regulamentos, compõem um grupo de procedimentos normativos de caráter compulsório, cuja conformidade obrigatória é determinada e inspecionada por órgãos públicos. Outra atividade de padronização técnica que se inclui na TIB é a metrologia, que permite o respaldo técnico-científico para a criação, a calibração e a rastreabilidade de padrões, tanto para as normas técnicas quanto para os regulamentos técnicos. A avaliação da conformidade, por sua vez, é utilizada para determinar o cumprimento das prescrições pertinentes aos regulamentos técnicos ou normas (Acosta; Pelaez, 2010).

No Brasil, é possível observar indícios da atividade de normalização desde o período colonial, com os engenhos de açúcar e a padronização das moedas (Oliveira, 2017). A criação de uma organização nacional de normalização terminou ligada ao desenvolvimento da construção civil e a uma atividade técnica específica, o uso do concreto armado. Do ponto de vista brasileiro, o emprego do concreto armado detinha importante atração econômica, uma vez que reduzia o uso de materiais siderúrgicos na construção, fator relevante para um país que mal produzia ferro ou aço (ABNT, 2011).

Outro fator relevante se deu a partir da efetiva revogação do uso de medidas herdadas de Portugal, em 1862, e através da adoção do sistema métrico francês, em relação às medidas lineares, de superfície, capacidade e peso. Todavia, ainda que houvesse um sistema de padrões em sintonia com as tendências mundiais implantadas, que D. Pedro II fosse associado a cientistas ligados ao tema e que o Brasil participasse da Conferência Diplomática do Metro, a legislação vigente não foi suficiente para promover a utilização do sistema no segmento do setor produtivo (Dias, 1998 *apud* Acosta; Pelaez, 2010, p. 90).

Nesses anos iniciais, não havia um aparato institucional que resguardasse a conservação dos padrões e a pesquisa científica na área. É concebível a ideia que a nascente atividade metrológica se constituiu de uma prática dilatante com pouca ou nenhuma articulação de uma economia primário-exportadora. Nesse cenário, sua estrutura frágil se mostrava fortemente afetada pelas constantes crises políticas e pela desarticulação da administração pública. A metrologia só foi vista como importante instrumento de apoio formal à regulamentação das atividades do setor privado, e como referência às transações comerciais, a partir da reforma administrativa adotada pelo Estado brasileiro no Governo Vargas (Dias, 1998 *apud* Acosta; Pelaez, 2010, p. 90).

Somente em 1938 foi assinado o Decreto-Lei n° 592, que conferiu ao Brasil sua 1ª legislação metrológica. A partir disso, foi criado um sistema legal de unidades de medida,

definido pelas Conferências Gerais de Pesos e Medidas (CGPM), além de uma Comissão de Metrologia, que possibilitou o inter-relacionamento entre os órgãos governamentais e o setor privado responsável pelo assunto. Os principais órgãos executivos responsáveis pela aplicação das políticas metrológicas foram o Observatório Nacional do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) (Dias, 1998 *apud* Acosta; Pelaez, 2010, p. 90).

Nesse mesmo período, a ideia de se criar uma entidade nacional de normalização voltada aos interesses do setor privado ganhou forças. Assim sendo, em 28 de setembro de 1940, foi criada a Associação Brasileira de Normas Técnicas, por um grupo de pessoas, motivadas sobretudo por uma demanda da associação de grandes empresas da indústria do cimento (Associação Brasileira de Cimento Portland). Num primeiro momento, a participação do Instituto Nacional de Tecnologia (INT-RJ) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT-SP) se mostraram importantes, uma vez que esses órgãos elaboraram documentos que serviram de base para a estruturação das normas da ABNT. Posteriormente, a participação dos laboratórios foi substituída pela presença de grandes grupos industriais advindos do crescimento industrial ocorrido no pós-guerra (ABNT, 2006 *apud* Acosta; Pelaez, 2010, p. 90).

A normalização no Brasil é organizada no âmbito do Sistema Brasileiro de Normalização (SBN), um sistema interno ao Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), destinado ao desenvolvimento e coordenação das atividades de normalização, inclusive no que se refere à atividade de regulamentação técnica. O SBN tem como integrantes a ABNT, os Organismos de Normalização Setorial (ONS), as entidades governamentais com autoridade de regulamentação técnica e o Comitê Brasileiro de Normalização (CBN).

A partir de 1940, a ABNT se tornou a instituição responsável pela elaboração das normas brasileiras nas primeiras décadas do século XX. A ABNT se trata de uma entidade privada e sem fins lucrativos que atua na elaboração de normas, promovendo também capacitações, além de fornecer certificações. Sua estrutura conta com 233 (155 ativos) comitês técnicos que são “órgãos da estrutura da ABNT de coordenação, planejamento e execução das atividades de normalização técnica relacionadas com o seu âmbito de atuação, que devem garantir a representação de toda a variedade de partes interessadas no assunto objeto de estudo” (ABNT, c2023a).

O comitê de interesse para esta pesquisa foi o ABNT/CB-14 - Informação e Documentação, que foi reestruturado em 2003, desvinculando-se do antigo CB 14, o Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação, ganhando uma estrutura dividida em quatro comissões de estudo (CE), que são as seguintes: CE-

14:001.01 - Documentação, CE-14:000.02 - Estatísticas e Avaliação de Uso, CE-14:000.3 - Identificação e Descrição e CE-14:000.4 - Gestão de Documentos Arquivísticos. A adoção da nova estrutura seguiu o mesmo padrão do Comitê da ISO correlato, o TC 46 - Information and Documentation Standards. Estando em consonância os objetivos do ABNT/CB-14 com os do referido Comitê da ISO – “padronização de práticas relativas a bibliotecas e centros de documentação, administração de recursos, documentação de museus, serviços de indexação e de resumos, arquivos, ciência da informação e publicações” (ISO, 2009 *apud* Crespo; Rodrigues, 2011).

O comitê ABNT/CB-14 tem como escopo a “normalização no campo da informação e documentação compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação” (ABNT, c2023a).

A normalização tem como característica a capacidade de contribuir para harmonizar as peculiaridades em cada área do conhecimento e em diferentes veículos de comunicação (Vanz, 2020). Para Rodrigues, Lima e Garcia (1998), a normalização surge como possibilidade metodológica para uniformizar a expressão escrita de diversas ciências, que possuem conteúdos, objetos e metodologias diversificadas, sendo uma atividade reconhecida a muitos anos como fundamental para a comunicação científica, assunto explorado na sessão subsequente.

2.3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Neste tópico é trabalhado o conceito de comunicação científica para contextualizar a criação dos periódicos científicos. Assim, Weitzel (2006, p. 85) argumenta que a “[...] comunicação científica pode ser entendida como um processo que envolve a construção, comunicação e uso do conhecimento científico para possibilitar a promoção de sua evolução”. De igual forma, Meadows (1999, p. 7) enfatiza que “[...] a comunicação situa-se no próprio coração da Ciência”. À vista disso, a pesquisa científica pressupõe sua comunicação.

Targino (2007 *apud* Miranda; Carvalho; Costa, 2018) destaca que a comunicação científica é imprescindível para que a produção científica se expanda, ultrapassando, mais rapidamente, as fronteiras da comunidade de usuários, de forma a evitar que tal produção se torne algo de proveito nulo ou restrito.

A comunicação científica concretizada por meio da divulgação dos resultados de pesquisas, pressupõe o intercâmbio de informações entre cientistas uma vez que as mesmas

precisam ser disseminadas para garantir, por exemplo, a autoria de quem as realizou, permitindo a transferência dos conhecimentos gerados a partir da investigação científica que vai determinar a aceitação e credibilidade dos pesquisadores (Crespo; Rodrigues, 2011; Guedes; Santos, 2013; Targino, 2000).

Nesse sentido, a comunicação científica pode ocorrer por meio de diferentes canais que diferenciam-se em face da formalidade. Garvey e Griffith (1979 *apud* Moreno, 2007, p. 15) diferenciam as características dos dois domínios da comunicação científica em sete pontos, entre os quais podemos destacar os seguintes:

- a) a informação disseminada pelos elementos formais é permanentemente armazenada e pode ser recuperada, enquanto que a informação transmitida pelos canais informais é pontualmente armazenada e difícil de recuperar;
- b) a informação conduzida pela maioria dos canais formais é monitorizada, de forma a produzir, à imagem das regras de determinada disciplina, um relatório completo e relevante, ao contrário dos canais informais, geralmente menos monitorizados;
- c) os canais formais apresentam-se em função do utilizador, enquanto que a cooperação do emissor é requerida no domínio formal. Esta cooperação só se torna efectiva se o emissor acreditar que pode utilizar informação gerada pelas trocas, e neste sentido os papéis de utilizador e emissor misturam-se;
- d) uma vez que a mesma pesquisa é frequentemente relatada através de inúmeros canais e com uma variedade de ênfases, existe redundância considerável em todo o sistema. Os canais formais produzem menos redundância, ao passo que não é estranho encontrar o mesmo material repetidamente reformatado em vários meios informais para dar resposta às características do canal e às necessidades da audiência;
- e) os canais informais dizem geralmente respeito à interacção directa, cara a cara ou através de correspondência, entre cientistas - característica de grande importância na operacionalização da ciência.

Ambos os canais de comunicação são utilizados amplamente para a difusão do conhecimento científico, podendo ser utilizados em momentos distintos e para fins específicos. Conforme explica Meadows (1999, p. 3), “a pesquisa científica pode ser comunicada de várias formas, sendo que as duas mais importantes são a fala e a escrita. Os gregos valiam-se de ambas”. Isto é, “[...] o processo de comunicação científica é interdependente do estágio em que se encontra a ciência. [...], conforme a ciência avança, novos elementos são incorporados ao processo de comunicação científica, já que ambos estão vinculados à atividade científica” (Weitzel, 2006, p. 86).

Desde seu surgimento, a comunicação científica passou por diversas transformações, o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) causaram impactos tanto nos atores como nos processos envolvidos, influenciando a editoração e a divulgação de periódicos, a comunicação formal e informal. Mediante o exposto, Miranda e Rejowski (2013, p. 562) distinguem dois modelos de comunicação científica:

O clássico centrado na geração e disseminação do conhecimento, que está atravessando uma crise, em face de diversos fatores, como o alto custo das assinaturas dos periódicos, papel das revistas científicas e avanço das tecnologias de informação e comunicação; e o atual, cujo processo visa a promoção e democratização do acesso ao conhecimento científico, “centrado principalmente no binômio uso/acesso, denominado aqui de modelo de acesso aberto (open access) devido às suas características de auto-gestão e promoção da produção científica livre e gratuita” (Weitzel, 2006, p.101 *apud* Miranda; Rejowski, 2013, p. 562).

Dessa forma, é possível perceber que tais mudanças advindas da evolução da web contribuíram com o surgimento de iniciativas e movimentos para o acesso aberto à informação, tal como o Open Access Initiative (OAI) e o Movimento de Acesso Aberto (OA) (Gomes, 2013).

A comunicação faz parte do desenvolvimento da ciência, e trata da troca de informações entre os cientistas, abrangendo desde as conversas informais, discussões em eventos, até a publicação em periódicos ou livros, registrando o conhecimento de maneira formal. No campo da informação científica e técnica, a normalização tem um importante papel, uma vez que a cooperação entre as unidades de informação é inteiramente indispensável. As mudanças ocorridas na comunicação científica auxiliaram, entre outros aspectos, na promoção dos periódicos científicos, principal canal formal da comunicação científica e subseção a ser explorado em sequência.

2.3.1 Periódico Científico

Para trabalharmos este importante canal de comunicação científica convém apresentar sua definição, bem como um breve histórico sobre o seu surgimento. De acordo com a ABNT (c2015, p. 4), uma publicação periódica científica é “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas, e destinada a ser continuada indefinidamente”.

No tocante às características das publicações periódicas, Cunha (2001) aponta algumas delas como sendo:

- a) periodicidade: intervalo de tempo entre a publicação dos fascículos;
- b) publicações em partes sucessivas: seguem normalmente uma sistematização, isto é, subdividem-se por ano, volume ou tomo, número, fascículo ou caderno;
- c) continuidade da publicação indefinida: possuem uma duração indeterminada, o que constitui sua principal característica;

- d) variedade de assuntos e autores: podem publicar artigos sobre diversos assuntos ou sobre vários aspectos de um mesmo assunto, e geralmente de diferentes autores.

A formalidade deste canal advém desde a sua criação que é marcada por dois momentos: a publicação do *Journal des Sçavans*, em janeiro de 1665, e o *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, em março de 1665. Meadows (1999) aponta várias razões para o surgimento dos periódicos científicos na segunda metade do século XVII. Entre elas, a esperança de editores em obter lucro com as revistas, e a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo. Mas para o autor, o principal motivo para o advento dos periódicos científicos se deu a partir da necessidade de tornar a comunicação mais eficiente, para o crescente público interessado nas descobertas científicas.

Ambos os periódicos citados, à época de sua criação, pretendiam contribuir para a circulação do conhecimento científico entre especialistas, mas conforme aponta Meadows (1999, p. 7), “[...] embora os periódicos francês e inglês surgissem no cenário ao mesmo tempo, havia nítidas diferenças de conteúdo e intenções”. O grande diferencial entre os periódicos citados é que enquanto o periódico inglês, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, possuía o perfil de relatos detalhados de experimentos que serviam não apenas para incentivar pesquisas inéditas, mas também assegurar direitos autorais sobre invenções inacabadas ou descobertas científicas. O *Journal des Sçavans*, diante da impossibilidade de manter o amplo leque de temas abordados com que havia começado, passou a se centrar basicamente em temas não científicos (Santana; Francelin, 2016).

Durante muito tempo, o principal meio de comunicação científica foi através dos livros, todavia sua produção demandava muito tempo e altos custos, conforme destaca Barata (2010). Com o passar dos anos, a comunicação oral, a correspondência e os livros foram sendo modificados e, em certa medida, até mesmo substituídos pela nova modalidade formal constituída pelos periódicos (Gruszynski; Golin; Castedo; 2008). O surgimento do periódico científico foi considerado como sendo um “[...] alívio daqueles que são muito indolentes ou muito ocupados para ler livros inteiros” (Mueller, 2000).

Mueller (2000) argumenta que o desenvolvimento da ciência concebeu a necessidade de uma comunicação mais rápida e precisa, visando facilitar o intercâmbio de ideias e também das críticas dos cientistas interessados no assunto em questão. Prado (1992) argumenta que:

[...] o periódico caminha muito mais a par da ciência do que os livros, pois pesquisas, descobertas ou observações chegarão, por meio dos periódicos, no mesmo mês ou na mesma semana às nossas mãos, ao passo que o livro, embora com mais detalhes e

estudo mais profundo, só será obtido, na melhor das hipóteses, meses depois (Prado, 1992, p. 103).

No que concerne às funções dos periódicos científicos, Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p. 171) elencam as seguintes funções, com base em trabalhos de outros autores:

- a) preservação da memória científica do conhecimento, permitindo a leitura e as citações dos artigos dos outros pesquisadores;
- b) formalização do conhecimento, através do registro público da autoria e estabelecimento de prioridade da descoberta científica;
- c) estabelecimento da ciência “certificada”, isto é, do conhecimento que recebeu o aval da comunidade científica;
- d) função social, com base no fato de que a revista científica é uma instituição social que confere prestígio e reconhecimento da propriedade intelectual, e também atua como intermediária entre a comunidade científica e a sociedade;
- e) função educacional, que pode ser vista sob dois ângulos distintos: o da atualização profissional e educação continuada de profissionais e pesquisadores, e o de modelo das técnicas de publicação científica aos jovens pesquisadores; e
- f) canal de disseminação da informação, através dos serviços de indexação e bibliotecas. Segundo Price (2016), essa função tornou-se cada vez mais dependente da indexação em revistas secundárias e bases de dados.

Santana e Francelin (2016) apontam que, no Brasil, os periódicos científicos precusores surgiram no século XIX e os primeiros periódicos registrados foram a Gazeta Médica do Rio de Janeiro, publicada em 1862, e a Gazeta Médica da Bahia, em 1866. No entanto, antes disso, há registros que indicam a circulação de periódicos que veiculavam informação científica, como o *Miscelânea Scientifica*, em 1835, o *Nictheroy*, em 1836, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1839 e, ainda em circulação, o periódico *Minerva Brasiliense*, em 1843. Mas foi somente no século XX que os periódicos começaram a se proliferar. Dentre os mais antigos periódicos científicos ainda editados estão, além da já citada *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os *centenários*, *Arquivos do Museu Nacional*, de 1876, e *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, editado desde 1909 (Santana; Francelin, 2016).

Desde sua origem até os dias atuais, o periódico científico tem cumprido importantes funções na área da ciência, tais como registro, disseminação e instituição social do conhecimento. Gruszynski, Golin e Castedo (2008, p. 3) apontam que o formato das revistas científicas manteve-se praticamente inalterado nos últimos séculos. Somente a partir da segunda metade do século XX, com o avanço da tecnologia, o perfil das revistas começou a mudar efetivamente. As mudanças sofridas pelos periódicos não foram apenas na forma de disponibilizar o conteúdo, mas também no formato; e com o desenvolvimento das redes de comunicação eletrônica difundiu-se o periódico eletrônico, com o intuito de atender com maior agilidade às necessidades informacionais das comunidades científicas (Biojone, 2003).

Na atualidade, o periódico científico ainda é apontado como uma das mais importantes fontes de informação para a comunidade científica. Nesse sentido, Ziman (1980) considera que o periódico científico cumpre suas funções, ao possibilitar a ascensão do cientista para fins de promoção, reconhecimento e conquista perante a comunidade acadêmica. Atualmente, o periódico científico impresso tem perdido espaço para o periódico eletrônico na preferência dos usuários, por permitir o acesso instantâneo e remoto proporcionado pela internet, aliado ao avanço e ao aprimoramento gradativo das redes de transmissão (Miranda; Carvalho; Costa, 2018). Apesar disso, a aceitação dos periódicos eletrônicos perante a comunidade científica não se deu de forma automática, nem ocorreu de maneira veloz. De acordo com Kling e Covi (1995), a maioria dos pesquisadores optavam por preferir a versão impressa, na medida em que, para eles, a versão eletrônica não era oficial, sendo percebida como algo de menor qualidade.

Bomfá e Castro (2004 *apud* Miranda; Rejowski, 2013) acreditam que a transição do suporte impresso para o eletrônico modificará, e vem modificando, não apenas a forma de acessar, ler e assimilar as informações, mas também o próprio método de produção e disseminação do conhecimento científico, algo que já se pode perceber.

2.3.1.1 Critérios de qualidade dos Periódicos Científicos

O processo editorial de uma revista compreende múltiplas etapas, desde o recebimento de trabalhos, a pré-seleção dos trabalhos, a seleção dos revisores, o encaminhamento e acompanhamento do processo de revisão por pares, o contato com o autor a respeito de comentários dos revisores, a avaliação quanto ao aceite ou a rejeição do trabalho submetido, a revisão textual, a revisão gráfica, até por fim chegar a etapa da publicação do trabalho propriamente dito. Todas essas etapas são realizadas a fim de garantir maior qualidade e confiabilidade aos conhecimentos que estão sendo propagados para a sociedade.

Conforme Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p. 174) apontam, “a qualidade de uma revista não é um valor facilmente mensurável ou completamente tangível, pois sua estrutura é formada por um conjunto de diversos aspectos, como: conteúdo, forma de apresentação, normalização e produção editorial”. Grande maioria dos modelos de avaliação utilizados tanto pelos programas de financiamento como para seleção de títulos pelas bases de dados, contempla basicamente um mesmo núcleo de elementos, adaptando apenas as exigências e obrigаторiedades de acordo com o que melhor lhes atende. Esses aspectos podem ser classificados de maneira geral em relação à sua forma e ao seu conteúdo.

De acordo com Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p. 175-177), os aspectos tidos como formais dizem respeito a:

Periodicidade e pontualidade: a periodicidade adotada pela revista e a pontualidade de publicação refletem, na prática, sua capacidade de sustentar um fluxo constante de artigos e a eficiência da gestão editorial [...];

Duração: o tempo e a existência da revista geralmente sinalizam tradição e êxito na manutenção da publicação, uma vez que títulos recentes têm maior tendência à descontinuidade. No entanto, a duração não pode ser considerada uma variável representativa da qualidade científica da revista, embora possa influenciá-la (Castro, 1996) [...];

Normalização: a adoção e o cumprimento de normas editoriais e bibliográficas, de preferências seguindo padrões já estabelecidos são um recurso imprescindível para aperfeiçoar o registro, recuperação e uso da informação publicada nas revistas. Em geral, a análise da normalização inclui aspectos como a presença de títulos, resumos e descritos no idioma original e em inglês, legenda bibliográfica, título abreviado, sumário bilíngue e normas para adoção de referências bibliográficas e descritores entre outros [...];

Trabalho Editorial: um bom trabalho editorial inclui a prática de revisão do estilo e linguagem científica e do uso correto das normas pelos autores. Deve haver também uma preocupação com a qualidade das traduções, tanto do texto como dos elementos bibliográficos, uma vez que, o mau uso do idioma compromete negativamente a avaliação da revista [...];

Difusão e Indexação: a eficiência na distribuição e divulgação da revista aumenta sua visibilidade junto à comunidade científica, ampliando o público leitor e, conseqüentemente, o grupo potencial de pesquisadores que submetem trabalhos para a publicação [...];

Endogenia: a análise da endogenia visa aferir o grau de abertura da revista quanto à origem dos trabalhos, em nível institucional, regional, nacional e internacional [...];

Indicadores Bibliométricos: alguns indicadores bibliométricos, como o fator de impacto e a frequência de citações, têm sido frequentemente mencionados e aplicados na avaliação de desempenho das revistas científicas, embora sua utilização deva ser feita com cautela e sempre combinada a outros fatores, pois representam aspectos bastantes parciais sobre a eficiência da revista [...] (Gonçalves, Ramos e Castro, 2006, p. 175-177, grifo nosso)

Sob os aspectos de conteúdo, conforme Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p. 177) indicam, estes devem ser realizados por pesquisadores atuantes, com experiência na área e dispostos de uma visão ampla do contexto acadêmico científico daquela comunidade específica. Por se tratar de uma avaliação baseada em julgamento pessoal, o resultado tende a ser mais ou menos subjetivo, dependendo da forma como o processo é conduzido. De maneira geral, os aspectos analisados segundo Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p. 177-178) dizem respeito ao:

Caráter Científico: o conteúdo científico de uma revista é o principal aspecto que determina sua qualidade e nesse quesito são considerados:

a) a publicação predominante de artigos resultantes de pesquisas originais evitando a inclusão excessiva de sessões de menor impacto científico como notícias, entrevistas, resenhas, traduções e etc; b) o alinhamento temático dos artigos publicados com a missão da revista; c) a utilização de metodologia e estrutura adequadas na redação dos artigos; d) o mérito das contribuições publicadas para o avanço do conhecimento, importância e originalidade para a área temática;

Revisão por pares: considerando que a validação da ciência depende do reconhecimento emitido pela comunidade científica que a produz (Garvey, 1979), a adoção de um processo de revisão por pares na seleção de trabalhos para publicação é componente fundamental para garantir qualidade e credibilidade a uma revista científica. Nas instruções aos autores devem constar quais são os critérios e procedimentos utilizados para revisão e aprovação de trabalhos [...];

Corpo editorial: na avaliação de qualidade de uma revista, considera-se positiva a presença de um corpo editorial formado por pesquisadores reconhecidos e atuantes na área, provenientes de várias instituições nacionais e estrangeiras. É importante fazer constar a correta identificação da afiliação institucional e geográfica de cada um dos membros. (Gonçalves, Ramos e Castro, 2006, p. 177-178, grifo nosso)

A avaliação dos critérios de qualidade de revistas científicas pode ser utilizada para diferentes propósitos. O cumprimento desses critérios de qualidade pode ser atrelado ao fator de impacto que o periódico recebe dentro da área do conhecimento ao qual ele está associado. Através da classificação Qualis que afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise de qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos (Plataforma Sucupira, c2022). Esses indicadores, influenciam em sua medida na garantia de maior confiabilidade e credibilidade das informações produzidas, uma vez que periódicos de alta qualidade, produzem informações de alta qualidade.

Dentre os tipos de publicações existentes num periódico científico, destacam-se os artigos científicos, principal tipo de publicação dos periódicos, que abordam os relatos das pesquisas oriundas, especialmente dos programas de pós-graduação e institutos de pesquisas, geralmente editados por instituições vinculadas à pesquisa como as universidades, sociedades científicas, institutos de pesquisa, entre outros, embora possam também ser produzidos por editoras comerciais (Miranda; Carvalho; Costa, 2018).

2.3.2 Artigo Científico

Os artigos se distinguem dos diferentes tipos de trabalhos científicos, como dissertações e teses, por sua reduzida dimensão e conteúdo. Têm como propósito comunicar os resultados de pesquisas, ideias e debates de maneira clara, concisa e fidedigna, servindo como meio de comunicação e de intercâmbio de ideias entre cientistas de sua área de atuação, a fim de apresentar os resultados do teste de uma hipótese com o objetivo de provar uma teoria (Costa, 2003).

Lakatos e Marconi (1996, p. 198) apontam que o texto científico caracteriza-se a partir de algumas regras e

[...] devem ser elaborados de acordo com normas preestabelecidas e com fins a que se destinam. Serem inéditos ou originais e contribuirão não só para a ampliação de conhecimentos ou a compreensão de certos problemas, mas também servirem de modelo ou oferecem subsídio para outros trabalhos.

Assim sendo, convém conceituar que “os artigos científicos são resultados de estudos completos de um dado objeto de pesquisa. Não chegam a constituir-se em matéria para dissertações, teses ou livros. Apresentam as pesquisas realizadas e são publicados em revistas ou periódicos especializados” (Marcantônio; Santos; Lehfeld, 1993, p. 71). Lakatos e Marconi (1991) complementam expondo que os artigos científicos são pequenos estudos, que de maneira completa tratam de uma questão verdadeiramente científica, mas que não se constituem em matéria de um livro.

Dentre os diferentes tipos de artigos existentes cabe conceituar segundo a norma de artigos da ABNT (c2018):

Artigo de revisão: parte de uma publicação que resume, analisa e discute, informações já publicadas;

Artigo original: parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais;

Artigo técnico e/ou científico: parte de uma publicação, com autoria declarada, de natureza técnica e/ou científica. (ABNT, c2018, p. 1-2, grifo nosso).

Outras tipologias comumente publicadas nos periódicos científicos que podem ser citadas aqui são os relatos de caso clínico, os artigos de atualização, as notas prévias, as comunicações, dentre outros (Curty; Boccato, 2005). Todas essas tipologias, são passíveis de serem filtradas, viabilizando uma recuperação específica dependendo de cada caso.

É válido ressaltar que para a elaboração de um artigo científico convém consultar as normas: ABNT NBR 6022/2018 - artigo científico; ABNT NBR 6023/2018 - referências; ABNT NBR 6024/2012 - numeração progressiva; ABNT NBR 10520/2023 - citações em documentos; bem como a Norma de Apresentação Tabular do IBGE para estruturação de tabelas, quando for o caso. Além disso, é importante enfatizar sobre a importância de se conhecer e seguir as regras de editoração de cada periódico, intituladas normalmente como instruções para autores ou normas para apresentação de trabalhos.

Um dos elementos que norteiam a qualidade de um periódico científico é a sua normalização técnica, extensiva aos artigos que compõem seu fascículo. Entende-se que a normalização documental visa à padronização e a simplificação no processo de elaboração de trabalhos científicos facilitando o processo de comunicação e intercâmbio das informações

dentro da comunidade científica. Desta forma, a normalização não tem o propósito de limitar a criatividade e a liberdade dos autores, mas de facilitar o acesso à informação.

A normalização, no campo da informação científica e técnica, tem um papel tão importante quanto em outros campos, sendo absolutamente indispensável à cooperação entre as unidades de informação. A normalização, portanto, facilita as operações documentais e diminui o custo e o tempo necessários para realizá-las, viabilizando o intercâmbio e a recuperação de informações (Curty; Boccato, 2005).

Assim sendo, o periódico científico e, conseqüentemente, o artigo científico, exercem um papel fundamental na propagação da informação na comunidade científica. Um artigo científico de qualidade, publicado em uma revista de igual valor, que por sua vez, poderá ser indexada nas melhores bases de dados de sua respectiva área, atendendo, assim, às necessidades informacionais de outros pesquisadores que, num momento anterior, também estiveram na condição de autor, contribuindo para a formação do ciclo informacional uma vez que ao ser repassada, cumpre com seu objetivo de gerar novos impulsos por meio de descobertas científicas e tecnológicas. Isto posto, a atividade de pesquisa exerce ao mesmo tempo o papel de produtora e consumidora de informação.

3 METODOLOGIA

No decorrer desta seção são apresentados o método, tipo de pesquisa e procedimentos metodológicos adotados para a consecução dos objetivos delineados para o presente estudo.

A pesquisa caracteriza-se, de acordo com seus objetivos, como documental, descritiva e aplicada. Desse modo, é documental uma vez que “propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009 *apud* Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 57); descritiva porque, segundo Gil (2008, p. 28), objetiva “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”; aplicada por “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (Silveira; Córdova, 2009, p. 35).

Além disso, optou-se por uma pesquisa quanti-qualitativa através do uso de duas abordagens, sendo elas a pesquisa quantitativa, que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento; e a pesquisa qualitativa, que busca compreender, significar e interpretar um fenômeno específico em profundidade por meio da subjetividade (Michel, 2005). Acredita-se que a combinação dos dois tipos de pesquisa valoriza a análise e chega a um melhor resultado (Gil, 2008).

O método quantitativo da pesquisa se aplica no levantamento dos periódicos científicos da UFRJ. Além disso, o aspecto qualitativo se dá pela análise comparativa dos dados levantados para a construção da amostra e posteriormente dos resultados e considerações.

Assim sendo, serão expostos a seguir os procedimentos envolvidos na definição do campo empírico, da composição da amostra, as técnicas de coleta e análise dos dados utilizados, bem como a estruturação da pesquisa.

3.1 CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

O campo empírico utilizado para coleta dos dados do presente trabalho foi constituído pelo Portal de Periódicos da UFRJ, que “[...] abriga as revistas científicas eletrônicas produzidas no âmbito da universidade, de modo a garantir maior visibilidade da produção científica” e tem como objetivo “[...] promover o acesso, a visibilidade, a segurança e o suporte aos editores dos periódicos científicos da Instituição” (Portal de Periódicos da UFRJ, [2023?]); e pelo Diretório de Revistas da UFRJ, presente no Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), que se trata de “uma extensiva lista dos periódicos eletrônicos e impressos, correntes ou não, editados pela

UFRJ” (SiBI, [202-]), que possibilita uma visão abrangente, permitindo consulta pelos Títulos dos Periódicos; pelos Centros ou Unidades aos quais as revistas estão vinculadas; ou pelas Áreas do Conhecimento.

Por meio de consulta ao Portal de Periódicos da UFRJ constatando-se a presença de 78 periódicos. Dando prosseguimento à etapa de identificação do universo da pesquisa, realizou-se consulta ao Diretório de Revistas por Áreas do Conhecimento no SiBI e verificou-se 98 registros subdivididos em grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Sociais e Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística; Letras e Artes; Interdisciplinares; Institucionais e Gestão Universitária, e em subáreas, é válido ressaltar que nem todos os 98 registros possuíam as características mínimas necessárias para serem considerados periódicos e foram descartados na contagem final.

Através da consulta realizada nos sites citados foi possível observar certa divergência entre os periódicos listados no Portal de Periódicos da UFRJ e no Diretório de Revistas do SiBI por área do conhecimento. Assim sendo, foi realizado o cruzamento das informações obtidas em ambos os sites e, excluindo as duplicatas, obteve-se o total de 123 periódicos, dos quais:

- a) 11 não foram localizados (**roxo**), indicando que podem ter deixado de existir;
- b) 2 se tratam de publicações com textos reunidos, registrados com ISBN e que, conseqüentemente, não possuem classificação Qualis (**laranja**);
- c) 1 publicação não possui registro de ISSN e se trata de uma edição comemorativa da revista do Jubileu de Ouro do CCS/UFRJ (**amarelo**);
- d) 14 publicações que não possuem Qualis no fascículo selecionado para consulta, por não estarem mais vigentes (**verde**);
- e) 1 edição de volume único e 9 registros que não possuem Qualis por serem publicações recentes (**rosa**);
- f) 1 publicação que não possui classificação Qualis, apesar de ainda estar vigente e 1 publicação que não possui classificação Qualis, nem ISSN e tem seus volumes depositados em um drive (**azul**);
- g) 1 publicação que mudou de nome, voltou a publicar em 2017 e não possui classificação Qualis, sendo considerado no quadro abaixo seu nome atual (**cinza**).

Todas as publicações encontradas foram reunidas no quadro 1, organizado de maneira alfabética, com suas devidas observações demarcadas.

Quadro 1 - Lista de Periódicos UFRJ

Título	ISSN	Qualis 2017-2020
AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos	2596-0873	B4
Academia	não localizado	
Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica	1809-4414	A2
Aisthe	1981-7827	B2
Alea: Estudos Neolatinos	1807-0299	A1
Anais de Filosofia Clássica	1982-5323	A4
Anais do Colóquio de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras Neolatinas	ISBN	não possui Qualis
Analytica: Revista de Filosofia	1414-3003	A2
Anuário do Instituto de Geociências	0101-9759	B2
Arquivos Brasileiros de Psicologia	1809-5267	A2
Arquivos do Museu Nacional	0365-4508	(Último em 2010)
Arquivos em Movimento	1809-9556	B3
Ars Historica	2178-244X	B1
Arte & Ensaio	2448-3338	A3
Boletim do Museu Nacional: Nova Série: Antropologia	0080-3189	(Último em 2001)
Boletim do Museu Nacional: Nova Série: Botânica	0080-3197	(Último em 2005)
Boletim do Museu Nacional: Nova Série: Geologia	0080-3200	(Último em 2000)
Boletim do Museu Nacional: Nova Série: Zoologia	0080-312X	(Último em 2012)
Boletim GeoÁfrica	2764-5851	(Iniciou em 2022)
Boletim NIDES	ISSN não localizado	não possui Qualis
Brazilian Journal of Experimental Design, Data Analysis and Inferential Statistics	2763-6925	(Iniciou em 2021)
Caderno CE	não localizado	
Caderno de Letras	não localizado	
Cadernos Discentes	não localizado	
Cadernos IPPUR	0103-1988	(Último em 2009)
Cadernos Neolatinos	1678-1872	C
Cadernos PROARQ	1679-7604	A4
Cadernos Saúde Coletiva	1414-462X	B1

CALÍOPE: Presença Clássica	2447-875X	A4
Ciência em tela	1984-154X	B2
CODEX - Revista de Estudos Clássicos	2176-1779	B1
ComparArte	2527-0354	(V. único 2017)
Desenvolvimento em Debate	2176-9257	A4
DESIDADES - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude	2318-9282	B1
Diadorim	1980-2552	A3
Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social	1983-5922	A4
ECO.Pós: revista eletrônica da pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ	2175-8689	A3
Economia & Conjuntura	não localizado	
Enfoques	1678-1813	B2
Escada Filosófica	não localizado	
Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	2177-9465	B1
Espaço Aberto	2237-3071	A1
Extensão na UFRJ	não localizado	
Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea	1984-7556	B2
Gaia	1517-8919	B4
Habitus	1809-7065	A4
INTER: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ	2596-3503	B3
Interfaces	1516-0033	B2
INTRANSITIVA	2674-936X	C
Ítaca	1519-9002	B1
Jornal Brasileiro de Psiquiatria	0047-2085	B3
LaborHistórico	2359-6910	A3
LABR - Latin American Business Review	1097-8526	A4
Leandra	ISSN não localizado	(Último em 1975)
Linguagens Gráficas	2358-1875	(Volume único 2014)
Línguas & Ensino	2447-6145	C
Linguística Rio	2358-6826	C
Lugar Comum: estudos de mídia cultura e democracia	1415-8603	B3

Mana	0104-9313	A1
Medievalis	2316-5442	B4
Memórias Insurgentes	2764-9334	(Iniciou em 2022)
Metamorfoses - Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros	0875-019X	B2
METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos	2526-5229	A4
Militares e Política	1982-6834	(Último em 2011)
Mulemba	2176-381X	B1
Oecologia Australis	2177-6199	B3
OIKOS - Revista de Economia Política Internacional	1808-0235	A4
Perspectiva em Educação Básica	2595-2889	(retorno em 2017)
PHOÏNIX	1413-5787	B1
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som	2448-2935	A3
Práticas em Gestão Pública Universitária	2526-8503	B4
Publicações avulsas do Museu Nacional	0100-6304	(Último em 1965)
Puericultura e Pediatria	2595-1785	C
READ – Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais	2764-7854	(Iniciou em 2021)
Recorde: Revista de História do Esporte	1982-8985	B2
Redescrições	1984-7157	C
Relatório Anual do Museu Nacional	0557-0689	não possui Qualis
Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo	2764-104X	(Iniciou em 2021)
Revista Aproximação	2175-7534	B2
Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade	2596-268X	B4
Revista Brasileira de Estudos em Dança	2764-782X	(Iniciou em 2022)
Revista Brasileira de Música	0103-7595	A3
Revista Brasileira de Neurologia	2447-2573	C
Revista Clima & Energia	não localizado	
Revista Comemorativa do Jubileu de Ouro do CCS / UFRJ	ISSN não localizado	(Publicação comemorativa 2021)
Revista Conhecimento em Ação	2525-7935	B1
Revista Contemporânea de Educação	1809-5747	A4
Revista da Associação dos Antigos Alunos de Direito da Universidade	2764-507X	(Último em 2020)

Federal do Rio de Janeiro - ALUMNI		
Revista da Gastronomia	ISSN não localizado	(Último em 2017)
Revista de Economia Contemporânea	1980-5527	A2
Revista de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis	2177-2312	B2
Revista de História Comparada	1981-383X	A2
Revista do CFCH	2177-9325	(Último em 2011)
REVISTA ENGENHARIA E INOVAÇÃO: A ARTE DE ANTECIPAR O FUTURO	não localizado	
Revista Estudos Institucionais	2447-5467	A2
Revista Estudos Libertários	2675-0619	B2
Revista Garrafa	1809-2586	B3
Revista Indisciplina em Linguística Aplicada	2674-9610	C
Revista Inteligência Empresarial	1517-3860	B4
Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional	2526-3544	B2
Revista Intransitiva	2674-936X	C
Revista Jesus Histórico	1983-4810	B3
Revista Jurídica	1984-0950	(Último em 2011)
Revista Letra	não localizado	
Revista Linguística (Linguística)	1808-835X	A1
Revista Mangút: Conexões Gastronômicas	2763-9029	(Iniciou em 2021)
Revista Matéria	1517-7076	B1
Revista Outrora	2596-1489	B4
Revista Paisagens Híbridas	2595-9638	B1
Revista Poder & Cultura	2359-1072	B4
Revista Praia Vermelha	1984-669X	A4
Revista Seiscentos	2764-2801	(Iniciou em 2021)
Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência	1982-5870	A3
Saúde e educação para a cidadania	não localizado	
Semiosfera: Revista de Comunicação e Cultura	1679-0995	(Último em 2011)
Série DOCUMENTA Eicos	ISBN	não possui Qualis
SLOVO - Revista de Estudos em Eslavística	2595-6027	B3

Sociedade, Contabilidade e Gestão	1982-7342	A3
Sociologia & Antropologia	2238-3875	A2
Sul Global	2675-3847	B1
Teoria Jurídica Contemporânea	2526-0464	B2
Terceira Margem	1413-0378	B2
Topoi: Revista de História	1518-3319	A1

Fonte: a autora, com base no Portal de Periódicos da UFRJ e Diretório de Revistas do SiBI (agosto, 2023).

Legenda:

- publicações que não estão mais vigentes;
- publicações não localizadas;
- publicações recentes;
- publicações com textos reunidos, registrados com ISBN e que, conseqüentemente, não possuem classificação Qualis;
- edição comemorativa de jubileu;
- publicação que mudou de nome;
- publicação que não possui classificação Qualis, apesar de ainda estar vigente e publicação que não possui classificação Qualis, nem ISSN e tem seus volumes depositados em um drive

3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

A partir do levantamento dos periódicos através de consulta ao Portal de Periódicos da UFRJ e ao Diretório de Revistas por área do conhecimento do SiBI/UFRJ, fez-se necessário o estabelecimento de alguns critérios para a seleção da amostra a ser analisada, uma vez que seria inviável a análise de todos os periódicos da UFRJ, devido ao elevado número de periódicos recuperados.

Para isso, adotou-se como critério de seleção a divisão por áreas do conhecimento estabelecida pelo SiBI, selecionando um periódico de cada área do conhecimento, dando um enfoque maior às Ciências Sociais e Aplicadas, área que engloba o curso de Biblioteconomia, e selecionando de maneira mais aprofundada, uma revista de cada subárea. Conjuntamente, considerou-se como critério para seleção a classificação Qualis CAPES Quadriênio 2017-2020, que se trata de um sistema que faz a classificação da produção científica “dos programas de pós-graduação brasileiros, no que diz respeito aos artigos publicados em diversos periódicos, revistas, anais [de eventos] e livros científicos, englobando todas as áreas do conhecimento” (Luz, 2023), optando pelos periódicos que possuíam o Qualis mais alto dentro de cada área do conhecimento, devido a importância que essa classificação possui na avaliação da produção

científica e dos programas de pós graduação no Brasil. Sendo esta importante, pois torna possível ter um panorama geral dos periódicos novos que vem surgindo no que tange a categorização básica, varia de acordo com indicativos de qualidade, tornando possível observar como eles tem atuado no cenário da produção científica.

A composição da amostra se enquadra no tipo intencional, que se constitui num “[...] tipo de amostragem não probabilística, e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (Gil, 2008, p. 94).

Desta forma, a partir dos periódicos selecionados foi elaborado o quadro 2 com os periódicos selecionados de cada área do conhecimento, bem como os periódicos de cada subárea das Ciências Sociais e Aplicadas elencados no Diretório de Revistas por área do conhecimento do SiBI, totalizando 19 periódicos.

Quadro 2 - Periódicos selecionados

Título	Área - SIBI	ISSN	Qualis 2017-2020
Práticas em Gestão Pública Universitária	Institucional	2526-8503	B4
Cadernos de Saúde Coletiva	Interdisciplinar	1414-462X	B1
Diadorim	Linguística	1980-2552	A3
Mana	Ciências Humanas	0104-9313	A1
Ágora	Ciências Sociais Aplicadas: Administração	1516-1498	A2
Cadernos PROARQ	Ciências Sociais Aplicadas: Arquitetura	1679-7604	A4
Revista Conhecimento em Ação	Ciências Sociais Aplicadas: Biblioteconomia	2525-7935	B1
Sociedade, Contabilidade e Gestão	Ciências Sociais Aplicadas: Contabilidade	1982-7342	A3
Lugar Comum: estudos de mídia cultura e democracia	Ciências Sociais Aplicadas: Comunicação	1415-8603	B3
INTER: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ	Ciências Sociais Aplicadas: Direito	2596-3503	B3
OIKOS - Revista de Economia Política Internacional	Ciências Sociais Aplicadas: Economia	1808-0235	A4

Revista Contemporânea de Educação	Ciências Sociais Aplicadas: Educação	1809-5747	A4
Revista de Economia Contemporânea	Ciências Sociais Aplicadas: Planejamento Urb.	1980-5527	A2
Arquivos Brasileiros de Psicologia	Ciências Sociais Aplicadas: Psicologia	1809-5267	A2
Revista Praia Vermelha	Ciências Sociais Aplicadas: Serviço Social	1984-669X	A4
Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional	Ciências da Saúde	2526-3544	B2
Oecologia Australis	Ciências Biológicas	2177-6199	B3
Anuário do Instituto de Geociências	Ciências Exatas e Terra	0101-9759	B2
Revista Matéria	Engenharias	1517-7076	B1

Fonte: a autora (agosto, 2023).

Observa-se que, apesar do critério de escolha dos periódicos ser as classificações Qualis mais altas, nem todas as áreas possuem periódicos com classificação no estrato A. Assim sendo, constata-se que a amostra selecionada contempla periódicos com classificações variadas, permitindo explorar os diferentes níveis de avaliação das produções científicas.

3.3 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A partir dos principais aspectos considerados importantes para a temática da normalização documental, foram estabelecidos preliminarmente os critérios tidos como essenciais para análise, a fim de cumprir com os objetivos pensados para esta pesquisa. Posto isto, adotou-se a técnica de observação sistemática, “que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses” (Gil, 2008, p. 104).

Seguindo os princípios da observação sistemática, foi elaborado um formulário de observação (Apêndice A), estruturado a partir do aplicativo de gerenciamento de pesquisas do Google (Google Forms) e subdividido em três seções, utilizando critérios fundamentais na avaliação de periódicos científicos. A primeira seção do formulário foi destinada à análise geral dos periódicos; a segunda seção buscou observar as instruções editoriais para os autores; e a terceira seção focou na observância quanto à aplicação prática do que foi exposto nas instruções editoriais. O formulário estruturado teve como inspiração um formulário desenvolvido pelo

professor Thayron Rangel para uma atividade da disciplina de Editoração de Mídias Impressas e Eletrônicas no semestre 2023-1; foram acrescentados ao formulário outros itens considerados importantes para a pesquisa, com base na observação das normas ABNT NBR 6021 e 6022.

A análise se deu a partir do diagnóstico encontrado mediante a aplicação do formulário elaborado, com os dados organizados e apresentados por meio de gráficos e quadros, propondo-se a observar os aspectos quantitativos encontrados. Já a análise qualitativa se deu a partir da observação dos aspectos individuais de cada periódico selecionado, se atendo às especificidades de cada área do conhecimento.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

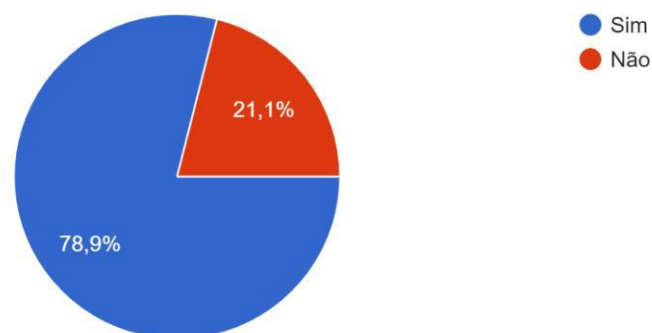
Com base nos aspectos considerados importantes na avaliação de periódicos foi aplicado o formulário de avaliação nos periódicos selecionados na amostra. Os critérios tidos como importantes para análise na primeira seção foram: presença de ISSN; classificação Qualis; presença de Digital Object Identifier (DOI); presença de ficha catalográfica e de legenda bibliográfica; instruções editoriais para os autores; explicitação de objetivos/missão do periódico; explicitação do perfil editorial dos periódicos; especificação da instituição responsável pelo periódico; publicação da comissão executiva e/ou editor responsável; publicação da nominata do conselho editorial com instituição; publicação da nominata dos consultores *ad hoc* pelo menos uma vez ao ano com instituição; presença de normalizadores da própria revista; os tipos de publicação existentes; procedimento adotados para avaliação; Periodicidade adotada; indicação das bases de dados indexadas.

A partir da aplicação do formulário obteve-se os resultados que serão demonstrados nos gráficos 1 a 13.

Gráfico 1 - ISSN

ISSN (Presença)

19 respostas



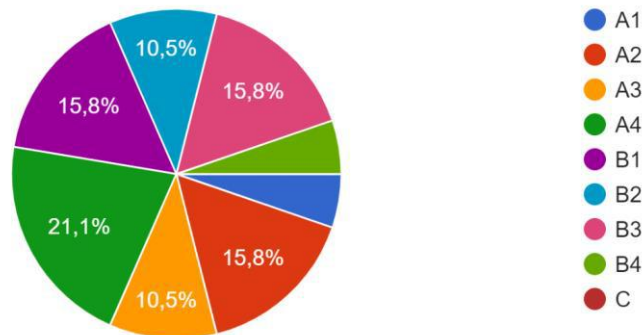
Fonte: a autora (2023)

A respeito da presença do ISSN, constatou-se que 21,1% (4) dos periódicos analisados não expõem seu ISSN no site da revista. O ISSN representa o número padrão internacional para publicações seriadas e garante que a produção seja rastreada e reconhecida.

Em relação à classificação Qualis, foi possível observar que os periódicos selecionados integram todas as categorias vigentes, exceto a categoria C, como pode ser observado no gráfico 2. Além disso, é possível observar que cerca de 50% dos periódicos analisados compõem a classificação A, a estratificação mais alta dentre os critérios de qualidade da produção, que é realizada de forma indireta. O Qualis afere a qualidade dos artigos, a partir da análise de qualidade dos veículos de divulgação, por meio dos periódicos científicos.

Gráfico 2 - Classificação Qualis

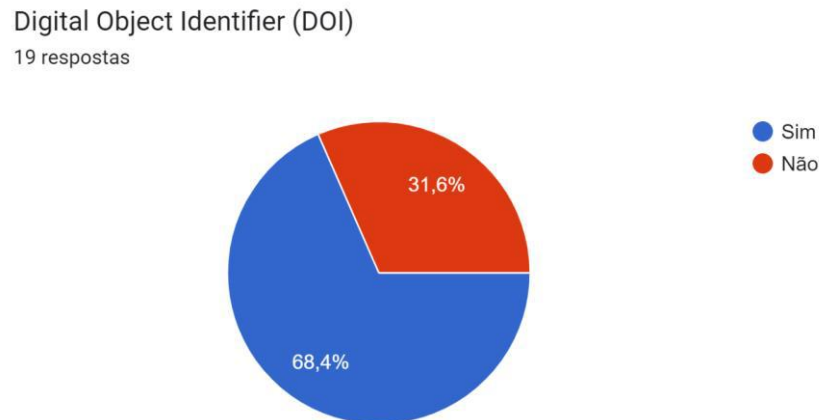
Qualis
19 respostas



Fonte: a autora (2023)

Quanto ao DOI, verificou-se que 31,6% (6) dos periódicos analisados não dispõem do identificador utilizado para registrar obras exclusivamente em formato digital, conforme exposto no gráfico 3. O DOI é um importante padrão de números e letras que possuem prefixos e sufixos e identificam publicações, possibilitando maior confiabilidade à informação cadastrada e acesso integral ao artigo publicado pelos pesquisadores e leitores em geral, uma vez que o mesmo se trata de um link único atribuído a publicações que estejam disponíveis na internet. Esse link individualiza, facilita a localização e garante a autenticidade da publicação, podendo ser obtido através de agências de registro autorizadas ou através de editoras de periódicos científicos. Com o link do DOI é possível mensurar o número de vezes que seu trabalho foi referenciado por outros pesquisadores e, por isso, é adotado por ferramentas como a Plataforma Lattes, do CNPq (FGV, c2016).

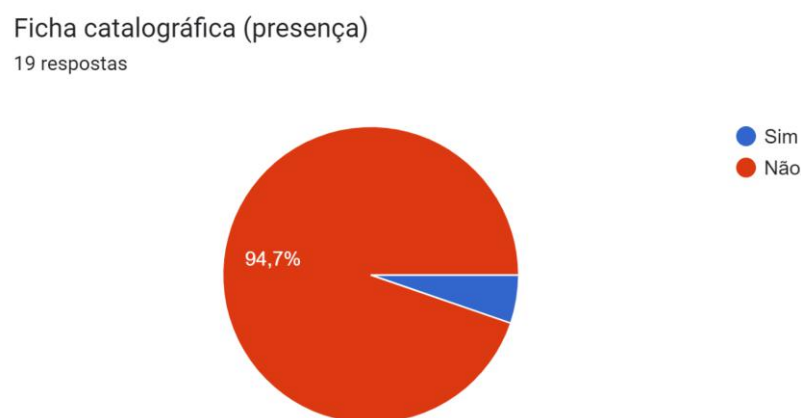
Gráfico 3 - Digital Object Identifier



Fonte: a autora (2023)

Quanto à presença de ficha catalográfica, que é o registro das informações que identificam a publicação na sua situação atual, também conhecida como dados internacionais de catalogação, é importante para facilitar a identificação de elementos como autoria, título, conteúdo e temática, facilitando a catalogação e indexação, e conseqüentemente a recuperação da informação e viabilizando seu acesso. Observou-se que apenas um periódico possui a ficha, representando 5,3% (1) do total de periódicos analisados, ilustrado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Ficha catalográfica

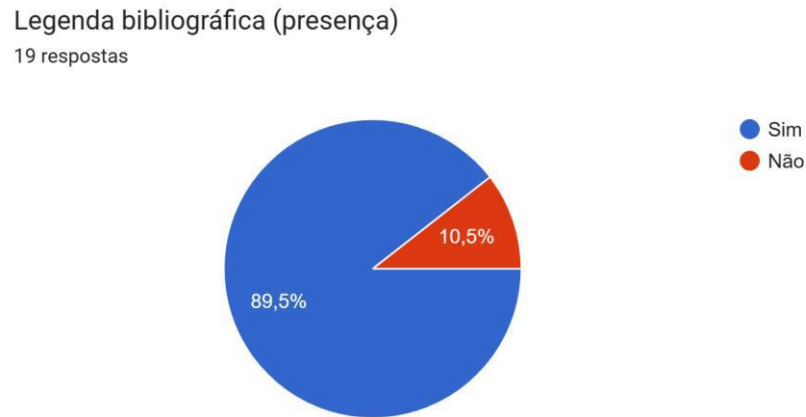


Fonte: a autora (2023)

A respeito da legenda bibliográfica, conjunto de elementos destinados à identificação de um fascículo e/ou volume da publicação e dos artigos nela contidos, tem por finalidade evitar

a perda da informação, uma vez que os serviços de reprodução de artigos e de folhas separadas vêm se intensificando cada vez mais (Martins, 1984). Somente dois periódicos não possuem a mesma em seus artigos, correspondendo também a 10,5% (2) do total de periódicos analisados, como pode ser observado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Legenda bibliográfica



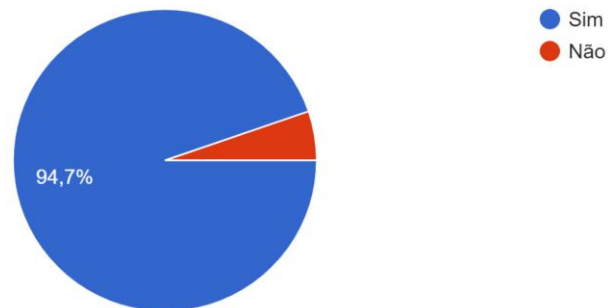
Fonte: a autora (2023)

A respeito das instruções editoriais para os autores, sendo eles esclarecimentos quanto ao campo de atuação e aos objetivos do periódico, bem como as exigências quanto à apresentação, à formatação e ao suporte físico dos originais destinados à publicação; da explicitação dos objetivos/missão dos periódicos analisados e da especificação da instituição responsável pelo periódico, observou-se que 100% dos periódicos fazem as devidas indicações.

Acerca da explicitação do perfil editorial dos periódicos, conforme exposto no gráfico 6, verificou-se que apenas um periódico não expõe sua linha editorial, representando 5,3% (1) do total de periódicos analisados. Os demais periódicos (94,7%) expõe a linha editorial, porém não indicam todos os elementos essenciais como, por exemplo, o template normalizado para a submissão de artigos que ocorre em apenas quatro periódicos. Esse fenômeno aponta no sentido de que a divulgação da linha editorial não segue o esperado nas normas técnicas.

Gráfico 6 - Linha editorial

Linha editorial (explicitação do perfil do periódico)
19 respostas

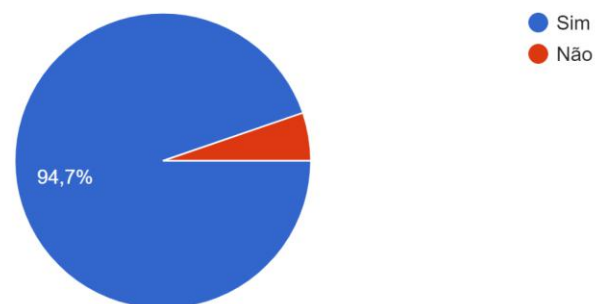


Fonte: a autora (2023)

Em continuidade, em relação à publicação dos membros da comissão executiva e/ou editor responsável, responsável pela direção de uma publicação, verificou-se que apenas um periódico não identifica os membros responsáveis, o que equivale a 5,3% (1) do total dos periódicos, explicitado no gráfico 7.

Gráfico 7 - Publicação da Comissão executiva e/ou editor responsável

Publicação da Comissão executiva e/ou Editor responsável
19 respostas



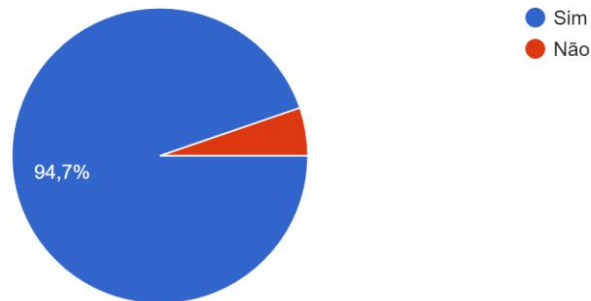
Fonte: a autora (2023)

Quanto à publicação da nominata do conselho editorial com instituição, “que corresponde ao grupo de pessoas encarregadas de elaborar as diretrizes, estabelecendo o perfil político-filosófico editorial de uma editora” (ABNT, c2015, p. 1), analisou-se que somente um

periódico não publica sua lista, correspondendo a 5,3% (1) do total de periódicos analisados, podendo ser observado no gráfico 8.

Gráfico 8 - Publicação da nominata do conselho editorial

Publicação da nominata do conselho editorial com instituição
19 respostas



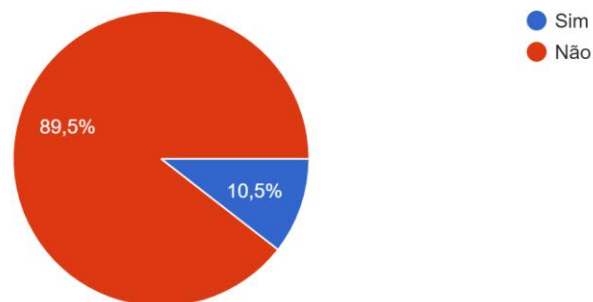
Fonte: a autora (2023)

No que concerne a presença de avaliadores *ad hoc*, que “[...] são aqueles que realizam uma avaliação científica para uma publicação sem pertencer ao corpo editorial ou de revisores” (Você..., 2018) e participam do processo de avaliação de maneira esporádica, sem pertencer ao corpo editorial fixo da revista, foi possível verificar que nenhum dos periódicos disponibiliza a lista desses avaliadores.

Outro aspecto analisado diz respeito à presença de normalizadores dentro da própria revista, que exercem a atividade de formatação e revisão da normalização dos artigos, a fim de realizar a padronização de forma correta, corroborando com os aspectos de qualidade da revista. A partir da aplicação do formulário, observou-se que 89,5% (17) dos periódicos analisados não possuem ou não indicam a presença de normalizadores da própria revista, como pode ser observado no gráfico 9, aspecto este que pode ser associado ao fato da aplicação prática das políticas estar sendo realizada de maneira correta, ou a falta de conhecimento a respeito da importância que a atividade.

Gráfico 9 - Presença de normalizadores da própria revista

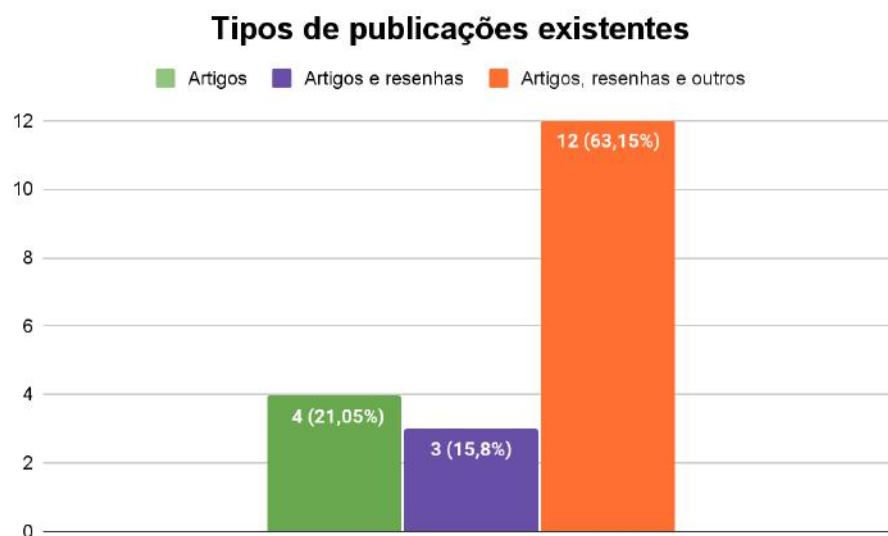
Presença de normalizadores da própria revista
19 respostas



Fonte: a autora (2023)

Quanto aos tipos de publicações existentes em cada revista, foi possível observar que 21,05% (4) periódicos publicam apenas artigos, 15,8% (3) publicam artigos e resenhas e 63,15% (12), publicam artigos, resenhas e diversos outros tipos de publicações, dentre eles pode-se citar os relatos de experiência e os de pesquisa, entrevistas, comunicações curtas, revisões sistemáticas, dentre outros, podendo ser visualizado no gráfico 10.

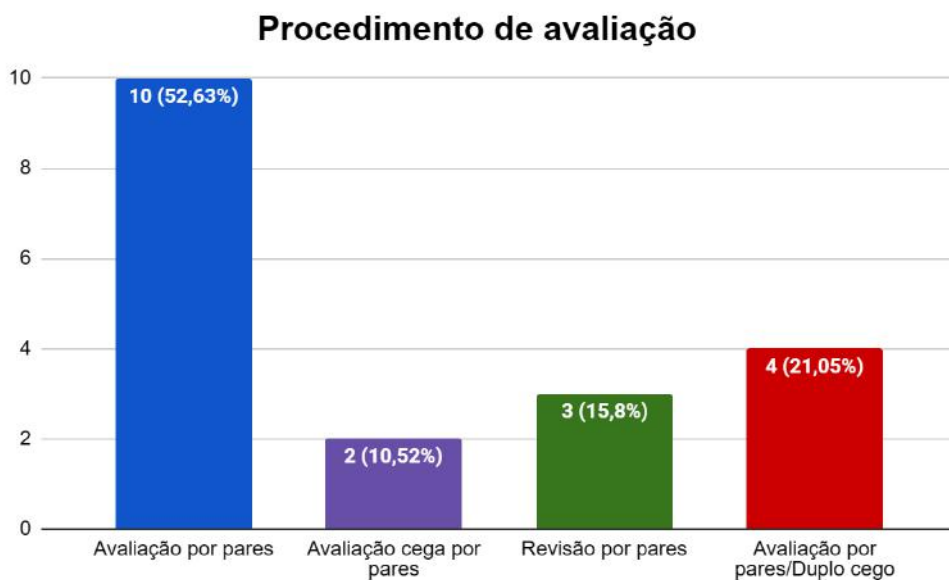
Gráfico 10 - Tipos de publicações existentes



Fonte: a autora (2023)

Em relação aos procedimentos adotados para avaliação, apesar de se referir ao procedimento por seus diferentes nomes, todos estes procedimentos são o mesmo. Todas as revistas analisadas adotam o procedimento de avaliação cega por pares, em que os artigos são submetidos para avaliação de especialistas do mesmo escalão que o autor, de forma anônima. Esses revisores frequentemente fazem comentários ou sugerem revisões no trabalho analisado, contribuindo para a qualidade do trabalho a ser publicado, como pode ser verificado no gráfico 11.

Gráfico 11 - Procedimento de avaliação

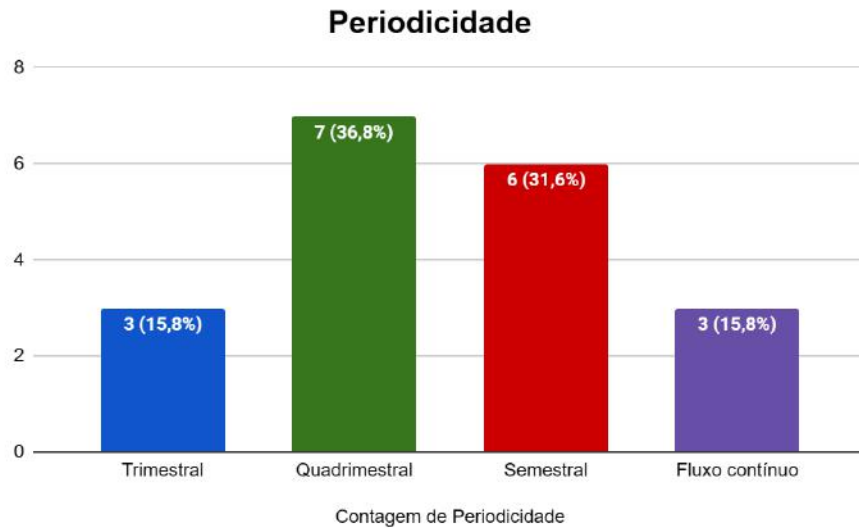


Fonte: a autora (2023)

No que concerne à periodicidade adotada por cada revista, constatou-se um índice elevado de publicações quadrimestrais e semestrais, representando respectivamente 36,8% (7) e 31,6% (6) da amostra analisada. Além disso, 15,8% (3) dos periódicos selecionados adotam a periodicidade trimestral.

Ademais, foi possível observar que 15,8% da amostra, correspondendo a 3 periódicos, adotam a periodicidade de fluxo contínuo, que tem como característica principal a agilidade na publicação dos artigos, tendo diferença apenas na forma com que os artigos são disponibilizados para os leitores. No modelo de fluxo contínuo, uma vez que o artigo tenha sido aprovado para publicação, ele pode ser imediatamente disponibilizado no site da revista, como pode ser observado, a seguir, no gráfico 12.

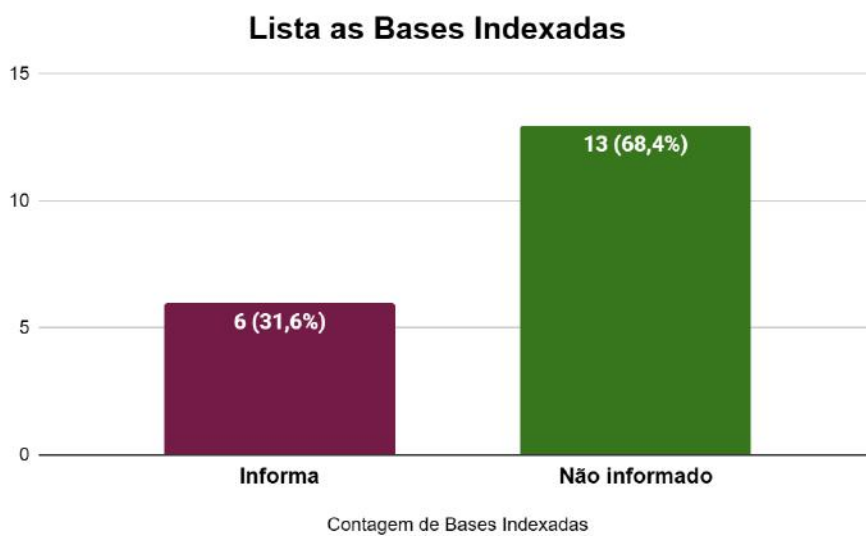
Gráfico 12 - Periodicidade



Fonte: a autora (2023)

No que diz respeito à indicação das bases de dados onde as revistas são indexadas, 68,4% (13) dos periódicos analisados não indicam onde os mesmos estão sendo indexados. Fator este de importância, uma vez que são nas bases de dados que encontramos os textos completos das revistas, onde são apresentadas diversas métricas em relação ao impacto que os artigos dessas revistas possuem, podendo ser constatado no gráfico 13.

Gráfico 13 - Bases Indexadas



Fonte: a autora (2023)

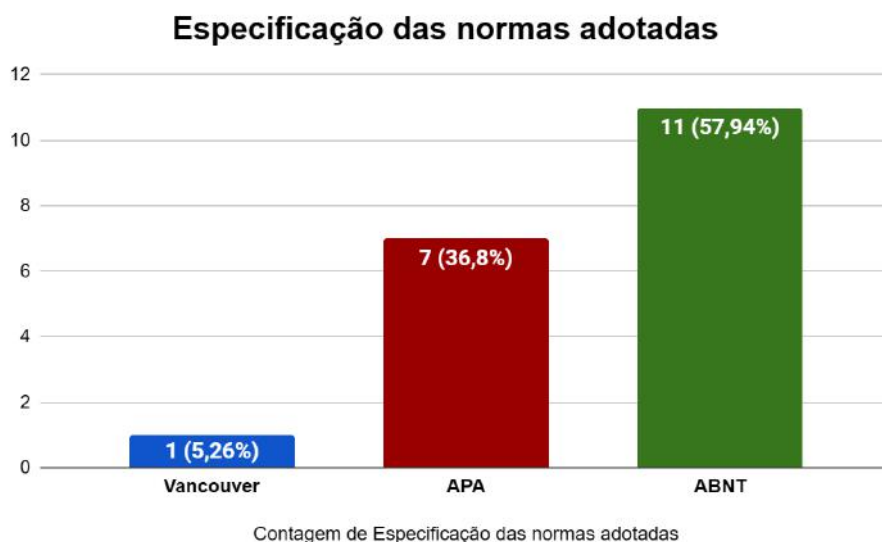
A segunda seção do formulário foi destinada à análise das políticas de submissão, também conhecidas como instruções editoriais para os autores. Os critérios analisados foram: especificação das normas adotadas; presença de resumo em língua estrangeira (idioma); disponibilização de *template* (modelo padrão) para uso dos autores; indicação sobre a organização progressiva das seções; indicação para ilustrações; indicação com exemplos de como fazer as citações; indicação com exemplos de como fazer referências; ocorrência de problemas com as normas adotadas; fonte adotada; espaçamento adotado; margens utilizadas. Assim sendo, sob esses critérios constatou-se os resultados apresentados nos gráficos 14 a 24.

A respeito das normas adotadas, foi possível observar que grande maioria dos periódicos faz uso das normas ABNT adotada pelas revistas: *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*; *Revista Conhecimento em Ação*; *Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*; *INTER: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ*; *Cadernos PROARQ*; *Revista Praia Vermelha*; *Revista de Economia Contemporânea*; *OIKOS: Revista de Economia Política Internacional*; *Diadorim*; *Práticas em Gestão Pública Universitária*; *Revista Matéria*, correspondendo a 57,9% (11) dos periódicos analisados.

Enquanto 36,8% (7) dos periódicos adota as normas da American Psychological Association (APA), sendo eles: *Mana: Estudos de Antropologia Social*; *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*; *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; *Revista Contemporânea de Educação*; *Anuário do Instituto de Geociências*; *Oecologia Australis*; *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*. O estilo APA (c2023) é publicado através de um manual e fornece orientações sobre todos os aspectos do processo de escrita, desde a ética da autoria até a escolha do vocabulário que melhor reduz a tendenciosidade na linguagem. O estilo APA é adotado para publicação em nível internacional nas áreas de Ciências Sociais e do Comportamento.

E apenas o *Cadernos Saúde Coletiva* utiliza a norma Vancouver, correspondendo a 5,3% (1). O estilo Vancouver foi criado por um grupo de editores científicos da área médica no Canadá, na cidade de Vancouver. Trata dos requisitos uniformes para os originais submetidos a periódicos biomédicos, com o intuito de criar e estabelecer padrões internacionais (ICMJE, c2023). As informações descritas podem ser visualizadas no gráfico 14.

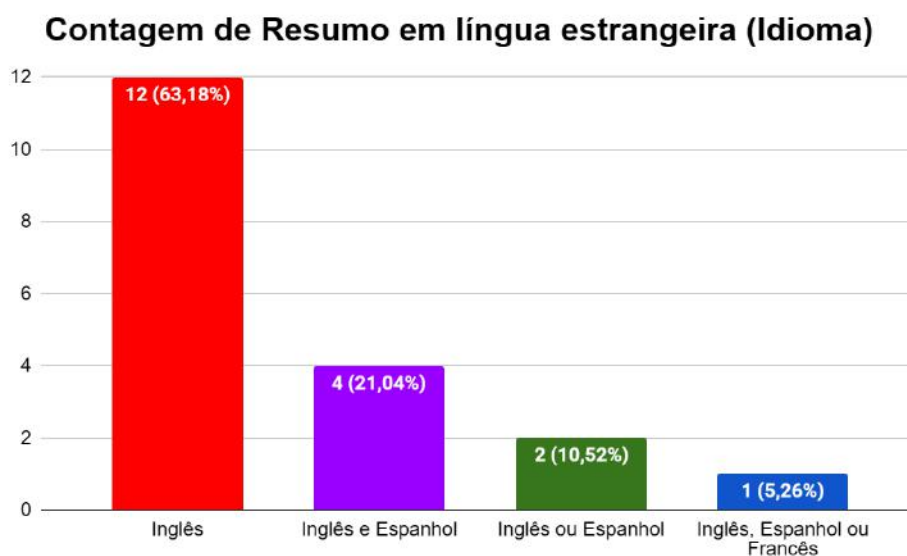
Gráfico 14 - Normas adotadas



Fonte: a autora (2023)

Quanto ao idioma do resumo em língua estrangeira adotado em cada periódico, foi possível identificar que 63,18% (12) utiliza resumo apenas em inglês, 21,04% (4) emprega os resumos em inglês e espanhol, 10,52% (2) utiliza em inglês ou espanhol, enquanto apenas 5,26% (1) emprega resumos em inglês, espanhol ou francês, conforme exposto a seguir no gráfico 15.

Gráfico 15 - Idioma dos resumos em língua estrangeira



Fonte: a autora (2023)

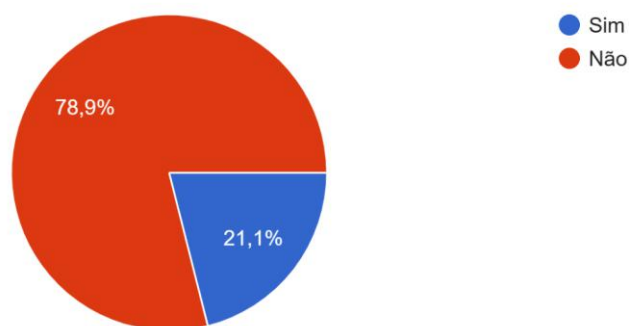
Como visto, todos os periódicos analisados adotam um segundo idioma, sendo a língua inglesa presente em todos, pois é considerada a língua universal da ciência. Se analisarmos por área do conhecimento vê-se que os periódicos das áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharia, Institucional, Interdisciplinar demandam o resumo em Inglês. O resumo em Inglês, Espanhol ou Francês é solicitado apenas por parte do periódico da área de Linguística, o que pode indicar a intenção de atrair produções científicas em francês em razão da afinidade entre o idioma português e francês, oriundos do Latim.

No campo das Ciências Sociais Aplicadas tem-se o uso preferencial do Inglês para os domínios de Administração, Contabilidade, Comunicação, Direito, Economia, Planejamento Urbano e Serviço Social. Por fim, o Inglês e/ou Espanhol é solicitado tanto para o periódico de Ciências Humanas e Ciências da Saúde como para os periódicos de Arquitetura, Biblioteconomia, Educação e Psicologia.

Em relação à disponibilização de *template* a ser utilizado como modelo padrão para a construção dos artigos, verificou-se que apenas 21,1% (4) dos periódicos disponibiliza o mesmo, facilitando o entendimento de como devem ser construídos os artigos para submissão e favorecendo a correta normalização, como pode ser observado no gráfico 16.

Gráfico 16 - Disponibilização de template modelo padrão

Disponibilização de template (modelo padrão) para uso dos autores
19 respostas



Fonte: a autora (2023)

Quanto a indicação sobre a organização progressivas das seções dos artigos, 52,6% (10) dos periódicos indica de que maneira o texto deve ser subdividido, como pode ser observado no gráfico 17.

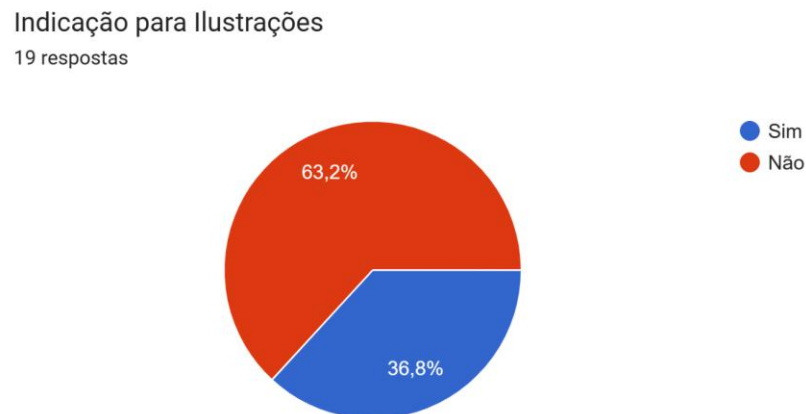
Gráfico 17 - Indicação sobre a organização progressiva das seções



Fonte: a autora (2023)

A respeito da indicação de como fazer as ilustrações, 36,8% (7) das revistas exemplifica como as mesmas devem ser dispostas ao longo dos artigos, conforme exposto abaixo no gráfico 18.

Gráfico 18 - Indicação para as ilustrações



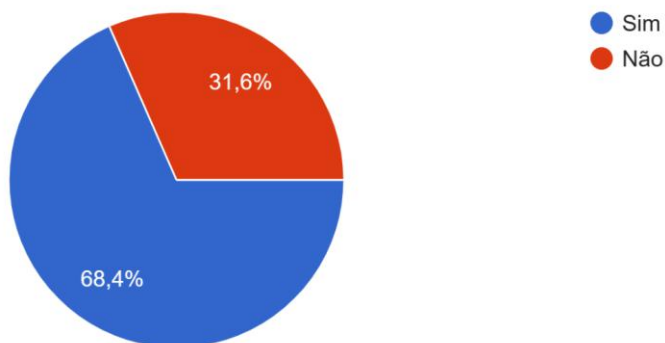
Fonte: a autora (2023)

No que concerne à indicação de como elaborar as citações e as referências observou-se que, em ambos os casos, 68,4% (13) dos periódicos analisados fazem as recomendações de maneira exemplificada, conforme exposto nos gráficos 19 e 20.

Gráfico 19 - Indicação com exemplos de citações

Indicação com exemplos de como fazer as citações

19 respostas

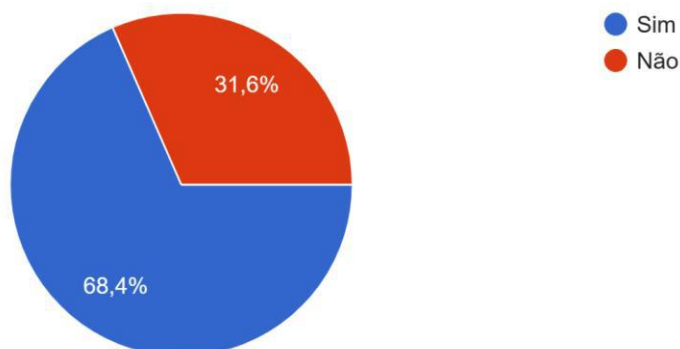


Fonte: a autora (2023)

Gráfico 20 - Indicação com exemplos de referências

Indicação com exemplos de como fazer referências

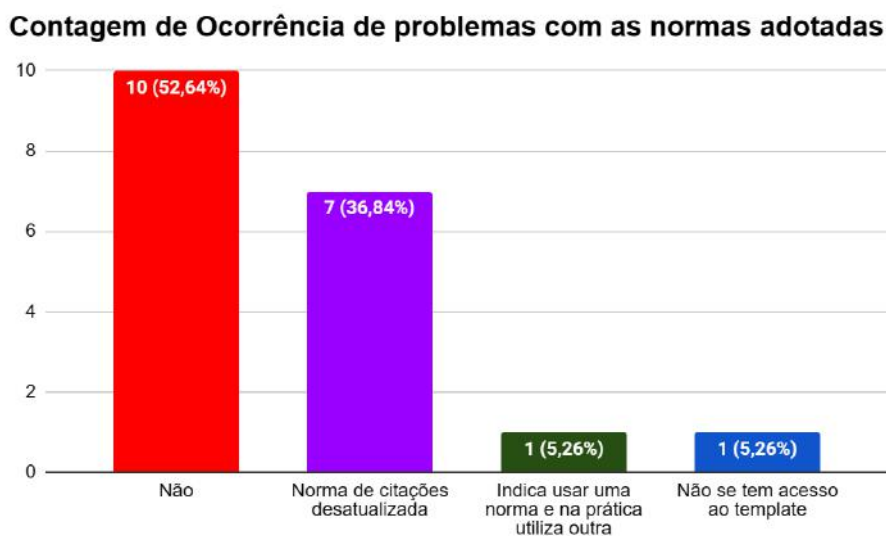
19 respostas



Fonte: a autora (2023)

Quanto aos problemas encontrados em relação às normas adotadas, a grande maioria, 52,64% (10), não apresentou problemas quanto a isso, enquanto 36,84% (7) dos periódicos ainda utiliza a norma ABNT NBR 10520 desatualizada, mas em virtude dessa mudança ter ocorrido recentemente, era de se esperar. Outrossim, 5,26% (1) faz a indicação de uma norma e emprega outra na prática, e 5,26% (1) indica ter um *template* ao qual não se tem acesso, as ocorrências podem ser observadas no gráfico 21.

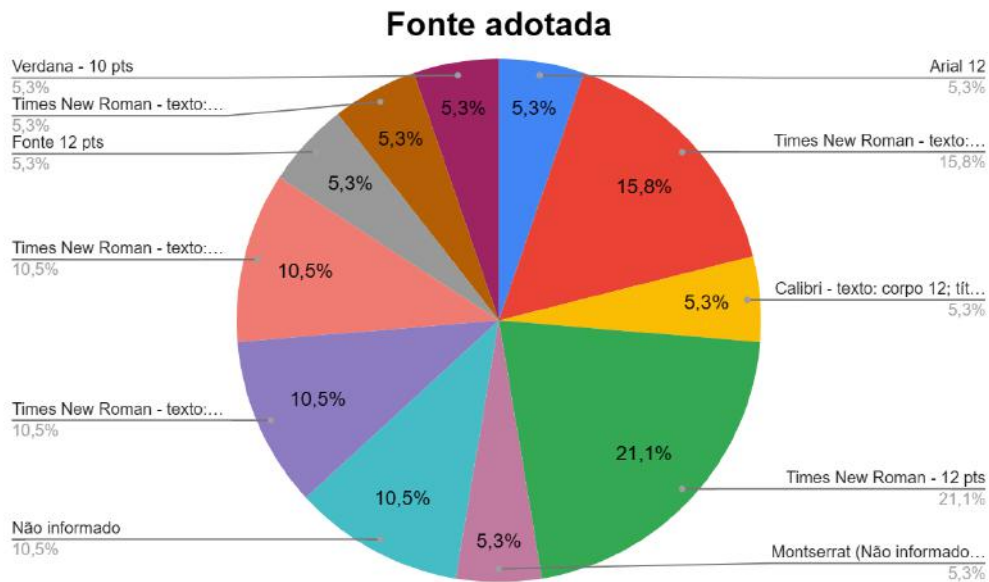
Gráfico 21 - Ocorrência de problemas com as normas adotadas



Fonte: a autora (2023)

Outro aspecto analisado diz respeito à fonte adotada nas publicações. A partir da aplicação do formulário foi possível observar que mais de 60% dos periódicos analisados utilizam a fonte Times New Roman como padrão, fazendo algumas diferenciações de tamanho em cada parte do texto. As fontes Arial, Calibri e Verdana são empregadas uma única vez em periódicos diferentes, correspondendo a 5,3% (1) respectivamente. Além disso, cerca de 15% não informam o tipo de fonte adotada, apenas 5,3% (1) indicam o tamanho o que suscitou a sua identificação no gráfico como “Fonte 12pts”, as informações podem ser observadas no gráfico 22.

Gráfico 22 - Fonte adotada



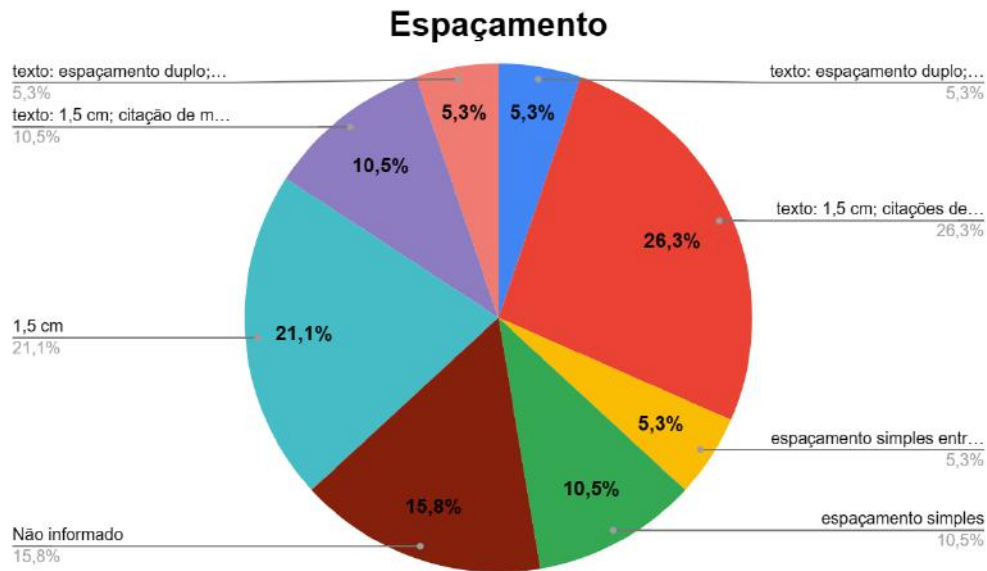
Fonte: a autora (2023)

Legenda:

- Verdana - 10 pts;
- Arial 12;
- Times New Roman - texto: 12 pts; citações de mais de três linhas: 11 pts; notas: 10 pts;
- Calibri - texto: corpo 12; título: corpo 14; citações de mais de três linhas: corpo 10; legendas de ilustrações: corpo 9; notas: corpo 8;
- Times New Roman - 12 pts;
- Montserrat (Não informado nas orientações para submissão);
- Não informado;
- Times New Roman - texto: 12 pts; título: 14 pts; citação de mais de três linhas: 10 pts;
- Times New Roman - texto: 12 pts; citação de mais de três linhas, notas, legenda e fonte das ilustrações: 10 pts;
- Fonte 12 pts;
- Times New Roman - texto: 11 pts; título: 13 pts; legenda das ilustrações: 10 pts.

Em relação aos espaçamentos utilizados, mais de 50% utilizam espaçamento 1,5 cm, com variações apenas em partes específicas do texto, cerca de 15% utilizam espaçamento simples, 10% utilizam espaçamento duplo e 15% não informam o tipo de espaçamento utilizado, podendo isso ser observado no gráfico 23.

Gráfico 23 - Espaçamento



Fonte: a autora (2023)

Legenda:

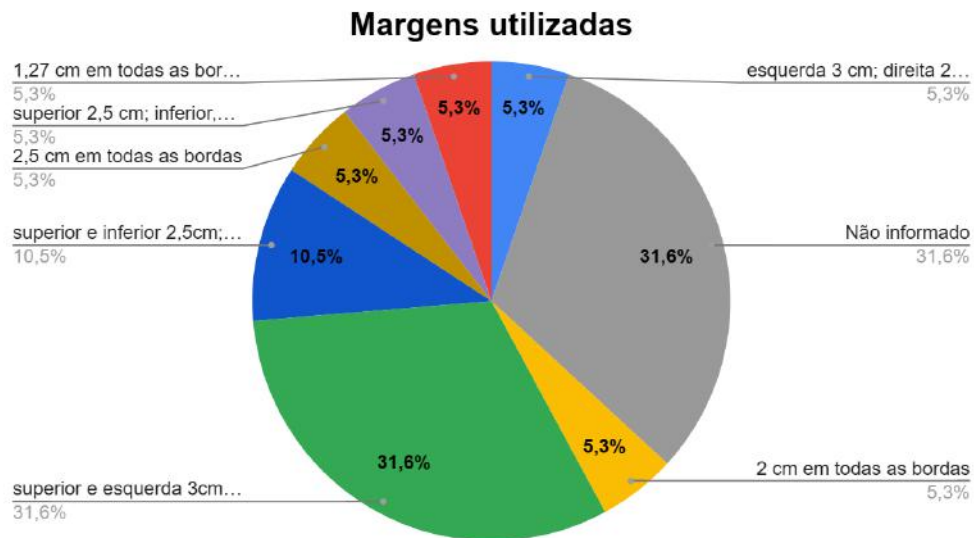
- texto: espaçamento duplo; legendas das ilustrações: espaçamento simples
- texto: espaçamento duplo; citações com mais de três linhas: espaçamento simples;
- texto: 1,5 cm; citações de mais de três linhas e notas: espaçamento simples;
- espaçamento simples entre linhas, com 18 pts antes e 6 pts depois;
- espaçamento simples;
- Não informado;
- 1,5 cm;
- texto: 1,5 cm; citação de mais de três linhas, notas, legenda e fonte das ilustrações: espaçamento simples.

Ao focarmos nos periódicos que explicitam o uso das normas da ABNT, ou seja, 11 periódicos da amostra, verifica-se que em sete revistas há a indicação para o uso de espaçamento 1,5 cm no corpo do texto. A ABNT NBR 6022/2018 recomenda como formato o espaçamento simples, logo a inobservância da norma quanto ao espaçamento pode apontar para uma decisão consciente do corpo editorial contra o uso desse espaçamento. Considerando que a ABNT NBR 6022/2003 não apresentava recomendação explícita sobre a questão, pode-se inferir que não houve uma adaptação ao conteúdo da norma mais recente.

Em relação ao tipo de margem aplicada, 31,6% (6) dos periódicos adotam a margem de 3 cm superior, direita; 2 cm inferior, esquerda. Outros 31,6% (6) não informam nada a respeito. Enquanto os demais periódicos utilizam diferentes tipos de margens, descritos no gráfico 24. Inexiste na NBR 6022 e suas referências normativas qualquer indicação sobre o tamanho das margens em artigos científicos. Todavia a preponderância da margem exigida em trabalhos

acadêmicos de 3cm superior, direita; 2 cm inferior, esquerda, pode significar uma tendência da adoção deste padrão para outros tipos de documento, haja vista que as demais margens encontradas estão dentro do limite das margens do trabalho acadêmico.

Gráfico 24 - Margens utilizadas



Fonte: a autora (2023)

Legenda:

- 1,27 cm em todas as bordas;
- esquerda 3 cm; direita 2 cm; superior e inferior 2,5 cm;
- Não informado;
- 2 cm em todas as bordas;
- superior e esquerda 3cm; inferior e direita 2cm;
- superior e inferior 2,5cm; esquerda e direita 3cm;
- 2,5 cm em todas as bordas;
- superior 2,5 cm; inferior, direita e esquerda 3 cm.

A terceira seção do formulário foi direcionada à avaliação dos artigos dos periódicos, visando examinar a conformidade das práticas editoriais com as políticas estabelecidas. Para essa análise foram aleatoriamente selecionados 3 artigos dos últimos fascículos de cada periódico, se atendo a observar os critérios no que diz respeito a: presença da vinculação institucional do autor; presença de legenda bibliográfica nos artigos; indicação da data de recebimento e de aceite dos originais; presença de resumo com indicativo de palavras chave; presença de resumo em língua estrangeira; observação quanto às referências estarem normalizadas de maneira correta de acordo com a norma reconhecida pela área e de maneira

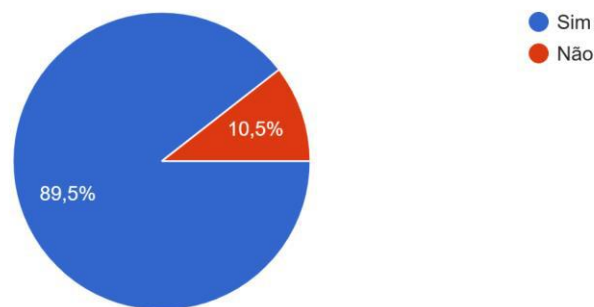
consistente nos artigos. Sobre os critérios estabelecidos constatou-se os resultados expostos nos gráficos 25 a 29.

No que tange ao primeiro ao primeiro critério analisado, foi possível observar que 100% dos artigos analisados apresentam a vinculação institucional dos autores dos artigos. A respeito da presença de legenda bibliográfica nos artigos verificou-se que 89,5% (17) dos artigos analisados possuíam as legendas, enquanto 10,5% (2) não possuía, conforme exposto no gráfico 25.

É válido ressaltar que a indicação quanto ao uso de legendas bibliográficas nos artigos é feita pelas normas da ABNT; ambos os periódicos (Cadernos PROARQ e INTER: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ) que não possuem legenda bibliográfica em seus artigos indicam utilizar as normas da ABNT, e são das Ciências Sociais Aplicadas.

Gráfico 25 - Legenda bibliográfica

Presença de legenda bibliográfica nos artigos
19 respostas



Fonte: a autora (2023)

Quanto à indicação da data de recebimento e de aceite dos originais, 84,2% (16) da amostra analisada apresenta as datas de maneira consistente, enquanto 15,8% (3) não divulga esta informação, como pode ser observado no gráfico 26.

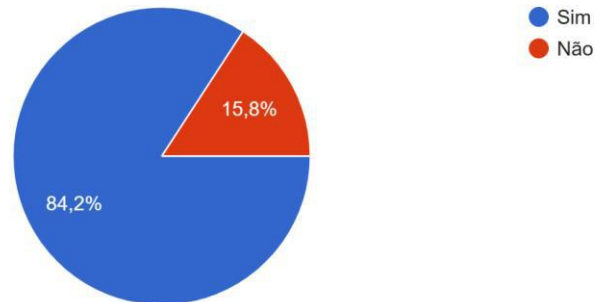
Destaca-se aqui que a indicação quanto a divulgação da data de recebimento e de aceite dos artigos é indicado pelas normas ABNT. Dos três periódicos que não indicam as datas de recebimento e de aceite dos originais, dois (2) indicam utilizar as normas ABNT e fazem parte das Ciências Sociais Aplicadas, sendo eles: a revista INTER: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ; e a revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e

democracia. Já a revista *Oecologia Australis*, que também não indica as mesmas, está associada à área de Ciências Biológicas, e indica utilizar as normas APA.

Gráfico 26 - Data de recebimento e de aceite dos originais

Data de recebimento e de aceite dos originais

19 respostas



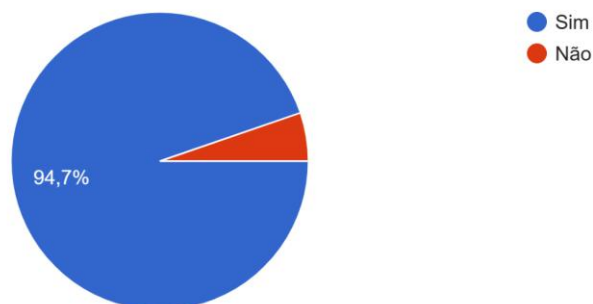
Fonte: a autora (2023)

No que concerne a presença do resumo com indicativo de palavras-chave e da presença do resumo em língua estrangeira, foi possível observar que 94,7% (18) da amostra analisada apresenta os mesmos de maneira correta, conforme exposto nos gráficos 27 e 28.

Gráfico 27 - Resumo com palavras-chave

Presença de resumo com indicativo de palavras chave

19 respostas

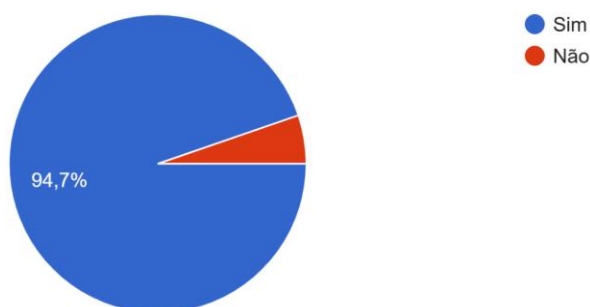


Fonte: a autora (2023)

Gráfico 28 - Resumo em língua estrangeira

Resumo em lingua estrangeira (presença)

19 respostas



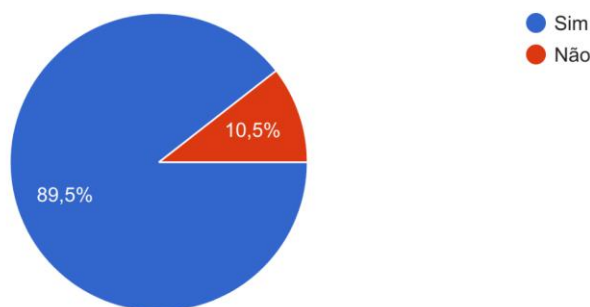
Fonte: a autora (2023)

Por fim, o último aspecto analisado diz respeito à observação quanto às referências estarem normalizadas de maneira correta de acordo com a norma reconhecida pela área e de maneira consistente nos artigos. Sob este aspecto observou-se que 89,5% (17) dos artigos analisados possuíam as referências de maneira correta, de acordo com a norma indicada, enquanto 10,5% (2) não estavam de maneira correta, conforme exposto no gráfico 29. Considerando que a recente norma de citações ainda não se encontra aplicada nos periódicos pois, como visto, todos ainda indicam a norma anterior, foi realizada a análise observando as indicações da norma anterior.

Gráfico 29 - Referências

Referências normalizadas

19 respostas



Fonte: a autora (2023)

Em continuidade, a partir da análise geral apresentada acima foi possível observar algumas questões particulares entre os periódicos analisados. As observações foram colhidas no decorrer da pesquisa e cingiram-se aos periódicos da área de Ciências Sociais Aplicadas. Com efeito, destaca-se os pontos que foram considerados válidos para discussão:

- a) a única revista que apresenta ficha catalográfica está relacionada a subárea de Serviço Social, dentre Ciências Sociais Aplicadas;
- b) 88% das revistas da área das Ciências Sociais Aplicadas não informam as bases de dados nas quais o periódico está indexado;
- c) dos quatro periódicos que disponibilizam o *template* modelo padrão, 2 periódicos são das Ciências Sociais Aplicadas, 1 é da área das Engenharias e 1 é da área de Ciências Exatas e da Terra;
- d) 88% dos periódicos das Ciências Sociais Aplicadas utilizam as normas ABNT;
- e) a norma Vancouver é utilizada por apenas uma revista da área Interdisciplinar;
- f) entre os periódicos analisados que receberam classificação Qualis no extrato A 80% são da área das Ciências Sociais Aplicadas;
- g) dos seis periódicos que não possuem DOI, quatro são das Ciências Sociais Aplicadas;
- h) das duas revistas que possuem normalizadores, uma é da área de Ciências Sociais Aplicadas e uma é da área de Ciências Humanas;
- i) os dois únicos que não apresentam legenda bibliográfica são da área de Ciências Sociais Aplicadas, e indicam utilizar as normas ABNT;
- j) dois dos três periódicos que não informam a data de recebimento e de aceite dos originais são da área de Ciências Sociais Aplicadas;
- k) a única revista que não apresenta resumo com indicativo de palavras chaves e resumo em inglês é da área de Ciências Sociais Aplicadas, a mesma também não conta com as referências feitas de maneira correta;
- l) as duas únicas revistas que não informam a fonte adotada são das Ciências Sociais Aplicadas.

Pois bem, as observações listadas podem indicar caminhos futuros para o estudo desses fenômenos, com a finalidade de verificar se são recorrentes em outras áreas do conhecimento ou em outro universo de periódicos analisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A normalização é fundamental no que tange a organização e a padronização das informações, funcionando quase como um idioma comum, o qual quando falado pelos atores da comunicação científica permite que haja trocas de ideias, contribuindo para que as informações possam ser recuperadas e o conhecimento disseminado de forma mais dinâmica.

Com base no objetivo estabelecido neste trabalho, ao longo desta pesquisa foi possível observar através da análise das políticas de submissão dos periódicos da UFRJ, certas nuances expostas nos periódicos de diferentes áreas do conhecimento. Com base na aplicação do formulário elaborado, foi possível verificar o quanto as instruções editoriais especificam a respeito do que deve ser realizado.

Ocasionalmente na análise das políticas de submissão sob a ótica das diferentes áreas temáticas do conhecimento, sendo elas: Ciências da Saúde; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências Humanas; Linguística; Interdisciplinares e Institucionais, e tendo como um enfoque maior de observação as subáreas das Ciências Sociais e Aplicadas. Esta análise tornou possível verificar as normas adotadas por cada periódico, se atendo ao quanto às políticas de submissão dos periódicos científicos especificam em relação aos aspectos deixados em aberto pelas normas. Oportunizando a identificação de peculiaridades inerentes a cada periódico de diferentes áreas do conhecimento.

Esta pesquisa contribuiu para incitar reflexões sobre as políticas de normalização dos periódicos científicos da UFRJ, revelando certas discrepâncias em alguns pontos passíveis de serem citados. Já de início é possível observar certa inconsistência a respeito do que é considerado periódico científico no contexto da UFRJ, uma vez que a mesma cita edições comemorativas ou compilados de textos registrados com ISBN, em seu Diretório de Revistas. Além disso, há certo desacordo em relação aos periódicos citados no Portal de Periódicos da UFRJ e no Diretório de Revistas do SiBI UFRJ, uma vez que os referidos sites apontam listas diferentes de periódicos, e apesar de possuírem títulos em comum em ambas as listas, percebe-se a existência de títulos encontrados em apenas uma das listas dos sites citados, o que por si só já indica ausência de padronização.

Outrossim, analisando em si os resultados obtidos a partir da aplicação do formulário, pode-se observar que ainda que haja certa observância quanto às normas ABNT, a mesma não ocorre em sua integralidade, uma vez que é possível observar discrepâncias na aplicação prática da mesma nos artigos. Embora haja uma recomendação normativa clara, observa-se um caráter discricionário inerente às descrições, em contraposição às diretrizes prescritas pela norma.

Isto posto, percebe-se que os critérios estabelecidos nas políticas de submissão dos periódicos analisados não se cumprem na prática. Um aspecto de destaque que pode ser atrelado ao fato da verificação de inconsistências na normalização dos periódicos científicos, diz respeito à observação apresentada nos resultados, que diz respeito à ocorrência de que 89,5% dos periódicos analisados não possuem ou não indicam a presença de normalizadores dentro do corpo editorial da própria revista.

Assim sendo, ainda que haja certas particularidades inerentes a cada área do conhecimento, é fato que a padronização de questões inerentes à forma de estruturação e apresentação dos componentes de um trabalho científico facilitam a interação dentro da comunidade científica. Corroborando com premissas básicas pertinentes à produção e disseminação do conhecimento, busca garantir a veracidade e a segurança das informações e facilitar a circulação de informações e dados em diversas fontes de informação, sejam elas primárias, secundárias ou terciárias; e evitando a duplicidade de fontes. Desta maneira, compete questionar de que forma a normalização pode influenciar nas questões inerentes à organização e representação do conhecimento, uma vez que a mesma tem a contribuir com os processos de recuperação da informação.

REFERÊNCIAS

ABNT. **ABNT NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica. [Rio de Janeiro]: ABNT, c2015. 14 p.

ABNT. **ABNT NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro: ABNT, c2003. 5 p.

ABNT. **ABNT NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica. Rio de Janeiro: ABNT, c2018. 8 p.

ABNT. **História da normalização brasileira**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 112 p.

ABNT; ISO. **Normalização e atividades relacionadas**: vocabulário geral. Guia 2. Rio de Janeiro: ABNT, c2006. Disponível em:

https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/ABNTISOIECGUIA2_2006Ed2.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

ABNT. **Comitês técnicos da ABNT**. [S. l.]: ABNT, c2023a. Disponível em:

<https://abnt.org.br/normalizacao/comites-tecnicos/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ABNT. **Sobre a normalização**. [S. l.]: ABNT, c2023b. Disponível em:

<https://www.abnt.org.br/sobre-a-normalizacao/>?. Acesso em: 29 nov. 2023.

ACOSTA, S. M. T. C.; PELAEZ, V. Padronização técnica no Brasil: história e mecanismos de governança. **História e economia**: revista interdisciplinar, [s. l.], v. 6, n. 10, 2010.

Disponível em: <https://www.historiaeeconomia.pt/index.php/he/article/view/56>. Acesso em: 30 nov. 2023.

APA. **About APA Style**. APA Style, [s. l.], c2023. Disponível em:

<https://apastyle.apa.org/about-apa-style>. Acesso em: 12 dez 2023.

BARATA, G. F. **Nature e Science**: mudança na comunicação da ciência e a contribuição da ciência brasileira (1936-2009). 2010. 247 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BELLINI, A. B. *et al.* Normalização documentária: o caminho de acesso à produção

científica. *In*: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 14., 2006. **Anais [...]**

Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5428>.

Acesso em: 2 dez. 2023.

BIOJONE, M. R. **Os periódicos científicos na comunicação da ciência**. São Paulo:

EDUC/FAPESP, 2003.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **Normalização**: conhecendo e aplicando na sua empresa. 2. ed. Brasília: CNI, 2002. Disponível em:

<https://gestaoempresarialfatec.files.wordpress.com/2018/04/ua04-artigo-normalizac3a7c3a30-e-certificac3a7c3a30-arquivo.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

COSTA, A. R. **O gênero textual artigo**: estratégias de organização. 2003. 159 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7901/1/arquivo8097_1.pdf. Acesso em: 6 dez. 2023.

CRESPO, I. M.; RODRIGUES, A. V. F. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n.1, p. 36-55, jul./dez. 2011.

CRISTOVÃO, H. T. Da comunicação informacional a comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/135>. Acesso em: 2 dez. 2023.

CUNHA, M. B. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

CURTY, M. G.; BOCCATO, V. R. C. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 10 n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23677>. Acesso em: 6 dez. 2023.

FGV. Início. **Digital Object Identifier (DOI)**. FGV SB, c2016. Disponível em: <https://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/bmhs/tutorais/doi>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GARFIELD, E. False publication dates and other rips-offs. **Current Contents**, [s. l.], n. 2, p. 5-8, May, 1978. Disponível em: <https://garfield.library.upenn.edu/essays/v3p488y1977-78.pdf>. Acesso em: 12 dez 2023.

GARFIELD, E. Idiosyncrasies and errors, or the terrible things journals do to us. **Current Contents**, [s. l.], n. 2, p. 5-11, Jan., 1983. Disponível em: <https://garfield.library.upenn.edu/essays/v6p006y1983.pdf>. Acesso em: 12 dez 2023.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. *In*: GARVEY, W. D. **Communication, the essence of science**: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon Press, 1979. p. 148-164.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 26 ago. 2023.

GIL, A. C. Amostragem na pesquisa social. *In*: GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 89-99.

GIL, A. C. Observação. *In*: GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 100-108.

GIL, A. C. Pesquisa social. *In*: GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 26-32.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M. S. V. C.; CASTRO, R. C. F. Revista científica: características, funções e critérios de qualidade. *In*: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (org.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 165-190.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N.; MACHADO, R. A ciência invisível: o papel dos relatórios e as questões de acesso à informação científica. **DataGramZero**, [s. l.], v. 8, n. 5, out. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45035>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GOMES, C. M. **Comunicação científica**: alicerces, transformações e tendências. [S. l.]: Livros LabCom, 2013. Disponível em: https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20131206-201309_cristinamgomes_comunicacaocientifica.pdf. Acesso em: 2 dez. 2023.

GRUSZYNSKI, A. C.; GOLIN, C.; CASTEDO, R. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/238/274>. Acesso em: 2 dez. 2023.

GUEDES, V. L. S.; SANTOS, M. J. V. C. Recorrência de normalizações deverbais em resumos de cartas científicas em língua portuguesa e a indexação temática. **Linguística**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 37-57, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2013000100003. Acesso em: 28 nov. 2023.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1994. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1007>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ICMJE. **Recommendations**. International Committee of Medical Journal Editors, [s. l.], c2023. Disponível em: <https://www.icmje.org/recommendations/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ISO. **About us**. [S. l.], [202-]. Disponível em: <https://www.iso.org/about-us.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.

KLING, R.; COVI, L. Electronic journals and legitimate media in the systems of scholarly communication. **The Information Society**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 261-271, 1995.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LUZ, A. Revistas científicas da Uesb são destaque na classificação Qualis. **UESB**, [s. l.], 14 mar. 2023. Notícia. Disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/revistas-cientificas-da-uesb-sao-destaque-na-classificacao-qualis/#:~:text=O%20Qualis%20Capes%20oferece%20uma,todas%20as%20%C3%A1reas%20do%20conhecimento>. Acesso em: 12 dez 2023.

MARCANTÔNIO, A. T.; SANTOS, M. M.; LEHFELD, N. A. S. **Elaboração e divulgação do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, M. D. L. Normalização de publicações periódicas: revisão de literatura. **R. Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 197-210, jul./dez. 1984.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, A. C. C.; CARVALHO, E. M. R.; COSTA, M. I. O impacto dos periódicos na comunicação científica. **Biblios**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7177/5449>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MIRANDA, E. C. P.; REJOWSKI, M. Turismo e Hospitalidade no Cenário da Comunicação Científica: Avaliação de Periódicos Científicos Eletrônicos. **Rosa dos Ventos**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 559-576, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547095003.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MORENO, M. C. H. B. **Comunicação científica e Normalização documental: o uso de normas documentais em Portugal, principais actores e divulgadores**. 2013. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) - Departamento de Ciências Documentais, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2007.

MUELLER, S. P. M. A. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

OLIVEIRA, M. C. Normalização Nacional e Internacional. In: COSTA-FÉLIX, R. P. B.; BERNARDES, A. **Metrologia: volume 1: fundamentos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2017. p. 266-282.

OLIVEIRA, E. B. P. M.; NORONHA, D. P. A comunicação científica e o meio digital. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 75-92, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/ecab6487-3e19-4de8-a602-0ba006af8a3e/1503075.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PINTO, C. S.; COSTA, J. L. Padrões de comunicação em diferentes comunidades científicas. In: COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L.; TAVARES, R. B. **Comunicação da Informação, gestão da informação e gestão do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2018. Disponível: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1071>. Acesso: 2 dez. 2023.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Início**. Capes, c2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml#>. Acesso em: 12 dez 2023.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFRJ. **Página inicial**. Rio de Janeiro, [2023?]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/index>. Acesso em: 26 ago. 2023.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

RODRIGUES, M. E.; LIMA, M. H. T. F.; GARCIA, M. J. O. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, jul./dez. 1998.

SANTANA, S. A.; FRANCELIN, M. M. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/543/483>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SiBI. Produtos e Serviços. **Diretório de Revistas**. Rio de Janeiro: UFRJ, [202-]. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/produtos-e-servicos/diretorio-de-revistas>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVA, P. P. A.; FROTA, M. N.; OHAYON, P. **Normalização técnica: fundamentos e práticas**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE METROLOGIA, 4., 2004, Foz do Iguaçu, PR. **Anais** [...] Foz do Iguaçu, PR: Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios, 2004. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ipen.br%2Fbiblioteca%2Fcd%2Fmetrosul%2F2004%2Fanais%2FMetrosulIV_4193.doc&wdOrigin=BROWS ELINK. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVA, P. P. A. **Metrologia nas normas, normas na metrologia**. 2003. 476 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Metrologia para Qualidade Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4049@1>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf&sa=D&source=docs&ust=1689473465600702&usg=AOvVaw2SNyTf_J1aKwXVdmrH0EYW. Acesso em: 26 ago. 2023.

TARGINO, M. G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, [s. l.], v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326>. Acesso em: 12 jul. 2023.

VANZ, S. A. S. Normalização no contexto da organização da informação. *In*: FERREIRA, G. I. S.; BONOTTO, M. E. K. K. **Organização da informação**: textos didáticos. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2020.

VOCÊ sabe qual é o papel de um revisor ad hoc? A gente te conta! **Periódicos UFMG**, Belo Horizonte, 12 jan. 2018. Notícias. Disponível em: <https://www.ufmg.br/periodicos/voce-sabe-qual-e-o-papel-de-um-revisor-ad-hoc-a-gente-te-conta/#:~:text=Sendo%20assim%2C%20os%20revisores%20ad-hoc%20s%C3%A3o%20aqueles%20que,metodologia%2C%20referencial%2C%20interesse%20para%20o%20peri%C3%B3dico%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 12 dez 2023.


WEITZEL, S. R. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica**: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/publico/3787212.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.


ZIMAN, J. M. The proliferation of scientific literature: a natural process. **Science**, [s. l.], v. 208, n. 4442, p. 369-371, 1980.

ZUSAK, M. **O construtor de pontes**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. 527 p.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS PERIÓDICOS

Avaliação do Periódico

linef2000@gmail.com [Alternar conta](#) 

 Não compartilhado

*** Indica uma pergunta obrigatória**

Nome do Periódico *

Sua resposta _____

ISSN (Presença) *

Sim

Não

Qualis *

A1

A2

A3

A4

B1

B2

B3

B4

C

Digital Object Identifier (DOI) *

Sim

Não

Ficha catalográfica (presença) *

Sim

Não

Legenda bibliográfica (presença) *

Sim

Não

Instruções editoriais para os autores *

Sim

Não

Objetivos/Missão da publicação *

Sim

Não

Linha editorial (explicitação do perfil do periódico) *

Sim

Não

Nome da instituição responsável pelo periódico *

Sim

Não

Publicação da Comissão executiva e/ou Editor responsável *

Sim

Não

Publicação da nominata do conselho editorial com instituição *

Sim

Não

Publicação da nominata dos consultores ad hoc pelo menos uma vez ao ano com instituição *

Sim

Não

Presença de normalizadores da própria revista *

Sim

Não

Tipos de Publicação existentes *

Sua resposta _____

Procedimento de avaliação *

Sua resposta _____

Periodicidade *

Sua resposta _____

Bases Indexadas *

Sua resposta _____

Próxima

Limpar formulário

Instruções para os autores

Especificação das normas adotadas *

Sua resposta _____

Resumo em língua estrangeira (Idioma) *

Sua resposta _____

Disponibilização de template (modelo padrão) para uso dos autores

Sim

Não

Indicação sobre a organização progressiva das seções *

Sim

Não

Indicação para Ilustrações *

Sim

Não

Indicação com exemplos de como fazer as citações *

Sim

Não

Indicação com exemplos de como fazer referências *

Sim

Não

Ocorrência de problemas com as normas adotadas *

Sua resposta _____

Fonte adotada *

Sua resposta _____

Espaçamento *

Sua resposta _____

Margens utilizadas *

Sua resposta _____

Voltar

Próxima

Limpar formulário

Formulário de avaliação dos artigos

Vinculação institucional do autor (presença) *

- Sim
 Não

Presença de legenda bibliográfica nos artigos *

- Sim
 Não

Data de recebimento e de aceite dos originais *

- Sim
 Não

Presença de resumo com indicativo de palavras chave *

Sim

Não

Resumo em língua estrangeira (presença) *

Sim

Não

Referências bibliográficas normalizadas (norma reconhecida pela área, de maneira consistente nos artigos) *

Sim

Não

[Voltar](#) [Enviar](#) [Limpar formulário](#)

Fonte: elaborado pela autora (novembro, 2023)